# Relatório de Gestão 2016

## Ministério Público do Estado do Espírito Santo

MPES
MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Espírito Santo

**Elda Márcia Moraes Spedo**
Procuradora-Geral de Justiça

**Eder Pontes da Silva**
Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo

**Josemar Moreira**
Subprocurador-Geral de Justiça Judicial

**Gustavo Modenesi Martins da Cunha**
Subprocurador-Geral de Justiça Institucional

**José Cláudio Rodrigues Pimenta**
Corregedor-Geral do MP-ES

**Eliezer Siqueira de Souza**
Ouvidor do MP-ES

**Luciana Gomes Ferreira de Andrade**
Secretária-Geral e Responsável pela Assessoria de Planejamento e Gestão Integrada - AGE

**Rafael Calhau Bastos**
Gerente-Geral

**Elaboração, Projeto gráfico e Diagramação:**
Ana Paula Senna Dan Rossoni e Fabricio Ferraz Pêgo
Assessoria de Planejamento e Gestão Integrada - AGE - Unidade de Estratégia e Projetos

**Revisão:**
Elaine Cristine Ferreira de Lima Rodrigues
Subprocuradoria-Geral de Justiça Administrativa

**Agradecimento:** aos membros, servidores, estagiários e demais colaboradores que contribuíram com dados e informações de suas atividades, trabalhando juntos para um MP-ES mais eficiente e resolutivo.

## Sumário

Apresentação ..... 3
Mensagem da PGJ ..... 4
1. O Ministério Público do Estado do Espírito Santo ..... 5
1.1 Atuação do MP-ES ..... 6
1.2 Missão, Visão e Valores ..... 8
1.3 Mapa Estratégico ..... 8
2. Relacionamento com o cidadão ..... 10
2.1 Canais de comunicação ..... 11
2.2 Divulgação da instituição ..... 14
3. Atuação Finalística ..... 16
3.1 Infância e Juventude ..... 17
3.2 Saúde ..... 20
3.3 Educação ..... 23
3.4 Defesa Comunitária ..... 27
3.5 Cidadania ..... 29
3.6 Meio Ambiente e Urbanismo ..... 31
3.7 Patrimônio Público ..... 34
3.8 Consumidor ..... 36
3.9 Eleitoral ..... 39
3.10 Criminal ..... 41
3.11 Atuação em números ..... 51
3.12 Monitoramento da atuação ..... 64
4. Gestão Administrativa ..... 66
4.1 Gestão de Pessoas ..... 67
4.2 Capacitação e treinamento ..... 72
4.3 Gestão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura ..... 75
4.5 Gestão financeira e orçamentária ..... 80
4.6 Aquisição e patrimônio ..... 84
4.8 Monitoramento da gestão administrativa ..... 87

# Apresentação

## Mensagem da PGJ

O Relatório Geral de Atividades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MP-ES referente ao ano de 2016 inaugura um novo formato de apresentação dos dados das áreas finalística e meio da instituição, contendo as principais ações e os resultados do trabalho desenvolvido pelo MP-ES no primeiro ano de execução das ações do Planejamento Estratégico 2015-2025.

Trata-se de um modelo mais moderno e objetivo, que proporciona à sociedade relevantes informações sobre a nossa atuação em prol da coletividade, bem como apresenta, de forma cada vez mais transparente, os dados relativos ao custeio da máquina ministerial, como determinam os princípios constitucionais que regem a administração pública.

O MP-ES se coloca na vanguarda, primando pela melhoria contínua de seus processos e de sua atuação, a fim de sempre garantir a otimização racional e responsável dos finitos recursos públicos.

O povo, sabedor de seus direitos e garantias constitucionais, tem exigido uma melhor prestação dos serviços públicos. Por essa razão, a atuação judicial e extrajudicial do *Parquet* capixaba, estimulando a concretização de políticas públicas, é primordial para a melhoria da qualidade de vida de todos.

Nesse sentido, para propiciar um melhor aparato aos seus membros, servidores e demais colaboradores, a instituição tem adotado o que há de mais moderno ao aperfeiçoamento de sua governança, calcando suas ações a partir de um planejamento estratégico realinhado às necessidades contemporâneas da sociedade capixaba e com foco, portanto, no alcance de sua precípua missão: defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Assim, cumprindo o que determina o inciso XXIII do artigo 10 da Lei Complementar Estadual nº 95/1997, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, presto contas das atividades desempenhadas pelo MP-ES no ano de 2016 e convido todos para a leitura do presente relatório.

**Elda Márcia Moraes Spedo**
Procuradora-Geral de Justiça

# 1. O Ministério Público do Estado do Espírito Santo

## 1.1 Atuação do MP-ES

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MP-ES é uma instituição responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ou seja, defende os direitos da coletividade, da sociedade, no âmbito do estado e dos municípios.

**Áreas de atuação:**

- Infância e Juventude
- Saúde
- Educação
- Defesa Comunitária
- Cidadania
- Meio Ambiente e Urbanismo
- Patrimônio Público
- Consumidor
- Eleitoral
- Criminal

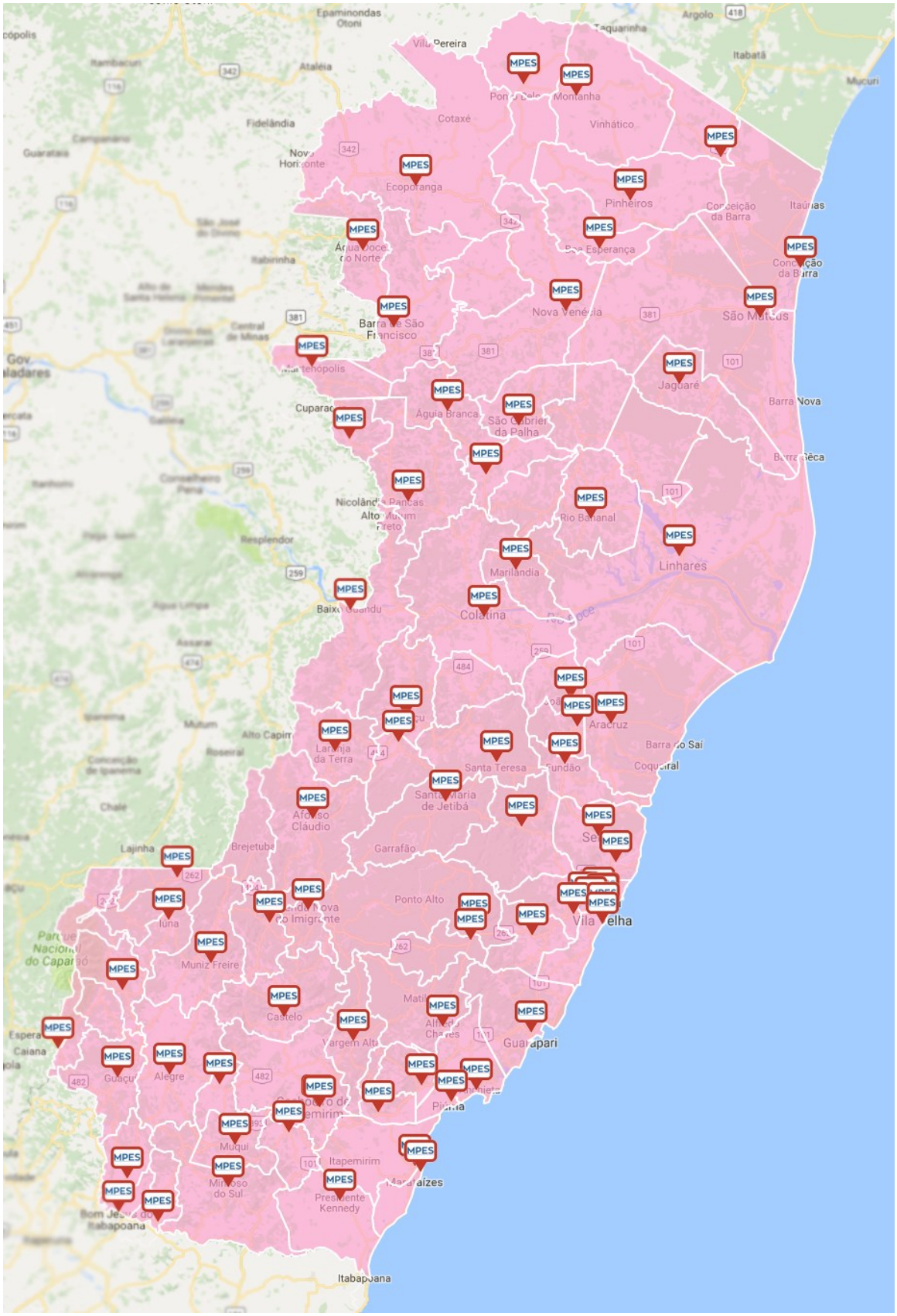
**Algumas funções institucionais**

- zelar pela ordem jurídica e pelo regime democrático;
- defender judicial e extrajudicialmente os direitos e os interesses indisponíveis da população;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e dos interesses difusos e coletivos;
- promover ação de inconstitucionalidade de leis e de atos normativos estaduais e municipais;
- expedir notificações e requisitar informações e documentos para a instrução de procedimentos;
- efetuar o controle externo da atividade policial;
- promover a ação penal pública, na forma da lei;
- fiscalizar os estabelecimentos penais e os que abrigam crianças e adolescentes, idosos, incapazes e pessoas com deficiência;
- acompanhar e fiscalizar o funcionamento das fundações e outras organizações do terceiro setor;
- apurar e dar andamento às representações por violação de direitos humanos ou sociais decorrentes de abuso de poder econômico ou administrativo, dentre outras atribuições constitucionais.

Trata-se de um órgão independente da administração pública direta do estado. Sua atuação é autônoma, tanto administrativa quanto financeiramente, sendo essa condição assegurada no artigo 127 da Constituição Federal.

No entanto, apesar da sua autonomia e independência, o MP-ES desenvolve seu trabalho de forma integrada e sistêmica com todos os órgãos públicos e Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, tendo suas ações fundamentadas nas leis, nas normas vigentes e nas orientações estabelecidas pelos seus Colegiados e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Sua presença em todo o território estadual, por meio das Promotorias de Justiça, proporciona um atendimento próximo, de acordo com a realidade local.


Epaminondas
Otoni
Argolo
Taquarinha
Itabatã
Mucuri
Ataléia
Fidelândia
Cotaxé
Montanha
Vinhático
Ecoporanga
Pinheiros
Conceição da Barra
Itaúnas
Rio Esperança
Nova Venécia
São Mateus
Barra de São Francisco
Jaguaré
Barra Nova
Águia Branca
São Gabriel da Palha
Rio Bananal
Linhares
Marilândia
Colatina
Aracruz
Barra do Saí
Coqueiral
Santa Teresa
Tufão
Santa Maria de Jetibá
Afonso Cláudio
Garrafão
Lajinha
Brejetuba
Ponto Alto
Vila Velha
Muniz Freire
Castelo
Guarapari
Alegre
Muqui
Itapemirim
Presidente Kennedy
Itabapoana

## 1.2 Missão, Visão e Valores

Durante a construção do Planejamento Estratégico 2015-2025 do MP-ES, que envolveu membros, servidores e demais colaboradores foram elaborados os conceitos estratégicos de Missão, Visão e de Valores.

A missão - razão de existir de uma organização, o que faz e para quem faz – teve como referência os pontos previstos no art. 127 da Constituição Federal e, após uma tradução, com o objetivo de dar maior clareza, chegou-se à seguinte definição:

**Missão**

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Dentro do escopo determinado pela missão e com o corte temporal proposto, 2015-2025, foi identificada a visão de futuro da instituição: onde o MP-ES deseja estar no final desse período.

**Visão**

Ser uma instituição reconhecida em 2025 por sua resolutividade na defesa dos direitos da sociedade.

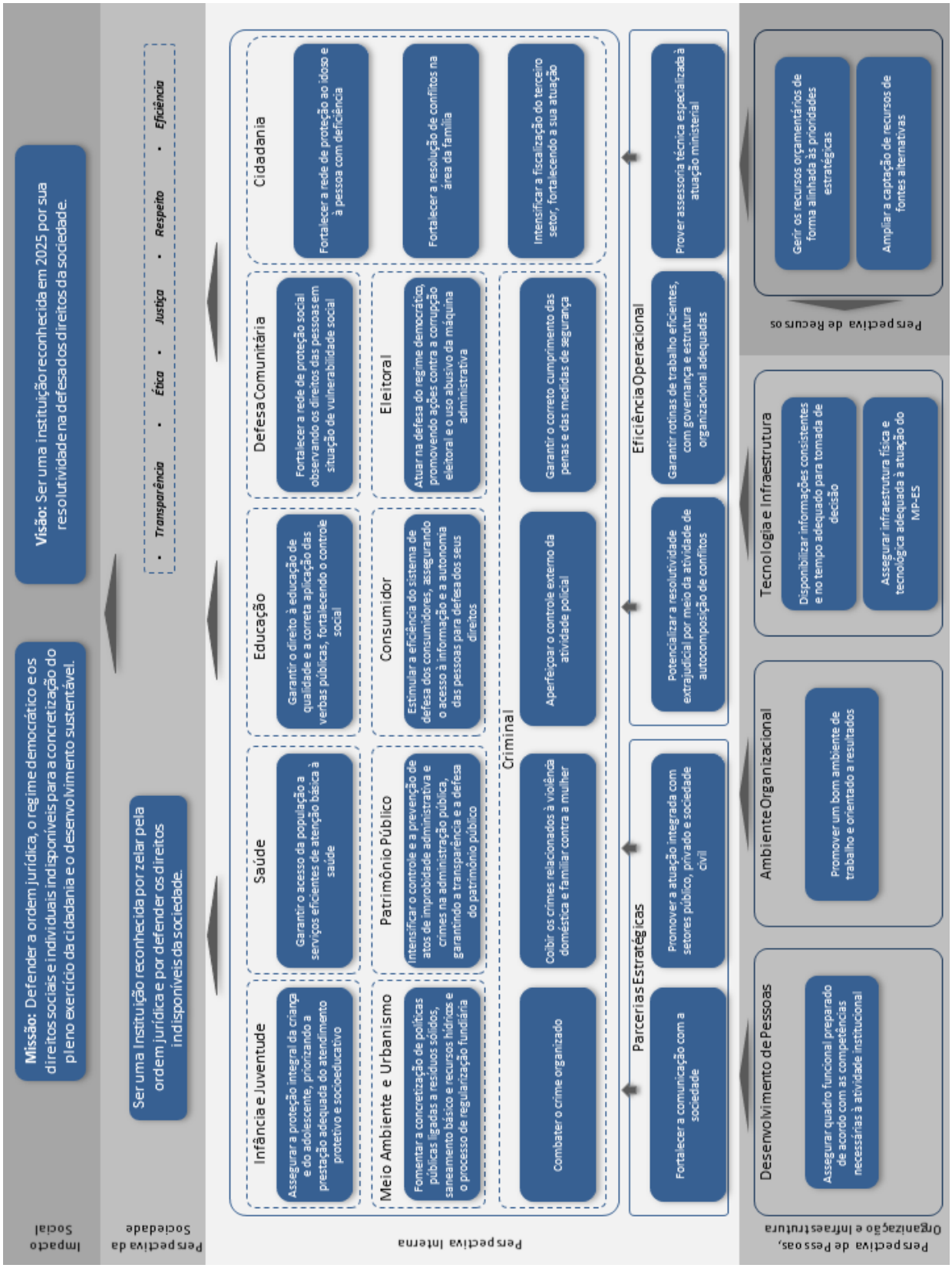
Por fim, para cumprir a missão e alcançar a visão dentro dos preceitos que se espera de tão importante instituição, foram elencados os princípios que guiam e guiarão as ações de todos os componentes da instituição: os seus valores.

**Valores**

Transparência, Ética, Justiça, Respeito e Eficiência.

## 1.3 Mapa Estratégico

Uma das etapas de elaboração do Planejamento Estratégico, foi a construção do Mapa Estratégico, no qual estão representados, graficamente, os objetivos que compõem a estratégia da instituição.


Missão: Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.
Visão: Ser uma instituição reconhecida em 2025 por sua resolutividade na defesa dos direitos da sociedade.
Ser uma Instituição reconhecida por zelar pela ordem jurídica e por defender os direitos indisponíveis da sociedade.
• Transparência • Ética • Justiça • Respeito • Eficiência
Impacto Social
Perspectiva da Sociedade
Perspectiva Interna
Infância e Juventude
Assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, priorizando a prestação adequada do atendimento protetivo e socioeducativo
Saúde
Garantir o acesso da população a serviços eficientes de atenção básica à saúde
Educação
Garantir o direito à educação de qualidade e a correta aplicação das verbas públicas, fortalecendo o controle social
Defesa Comunitária
Fortalecer a rede de proteção social observando os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social
Cidadania
Fortalecer a rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência
Meio Ambiente e Urbanismo
Fomentar a concretização de políticas públicas ligadas a resíduos sólidos, saneamento básico e recursos hídricos e o processo de regularização fundiária
Patrimônio Público
Intensificar o controle e a prevenção de atos de improbidade administrativa e crimes na administração pública, garantindo a transparência e a defesa do patrimônio público
Consumidor
Estimular a eficiência do sistema de defesa dos consumidores, assegurando o acesso à informação e a autonomia das pessoas para defesa dos seus direitos
Eleitoral
Atuar na defesa do regime democrático, promovendo ações contra a corrupção eleitoral e o uso abusivo da máquina administrativa
Fortalecer a resolução de conflitos na área da família
Criminal
Combater o crime organizado
Coibir os crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher
Aperfeiçoar o controle externo da atividade policial
Garantir o correto cumprimento das penas e das medidas de segurança
Intensificar a fiscalização do terceiro setor, fortalecendo a sua atuação
Parcerias Estratégicas
Fortalecer a comunicação com a sociedade
Promover a atuação integrada com setores público, privado e sociedade civil
Eficiência Operacional
Potencializar a resolutividade extrajudicial por meio da atividade de autocomposição de conflitos
Garantir rotinas de trabalho eficientes, com governança e estrutura organizacional adequadas
Prover assessoria técnica especializada à atuação ministerial
Perspectiva de Pessoas, Organização e Infraestrutura
Desenvolvimento de Pessoas
Assegurar quadro funcional preparado de acordo com as competências necessárias à atividade institucional
Ambiente Organizacional
Promover um bom ambiente de trabalho e orientado a resultados
Tecnologia e Infraestrutura
Disponibilizar informações consistentes e no tempo adequado para tomada de decisão
Assegurar infraestrutura física e tecnológica adequada à atuação do MP-ES
Perspectiva de Recursos
Gerir os recursos orçamentários de forma alinhada às prioridades estratégicas
Ampliar a captação de recursos de fontes alternativas

# 2. Relacionamento com o cidadão

## 2.1 Canais de comunicação

**Objetivo Estratégico 17**
Fortalecer a comunicação com a sociedade.

**Site do MP-ES**
Atualizado diariamente, e direcionado para os públicos interno e externo, com a finalidade de proporcionar informações e maior transparência das ações institucionais.

**MP com Você**
Criado em 2012, é um programa de entrevista semanal, com duração de 30 minutos e um novo entrevistado a cada semana. É transmitido pela TV Assembleia, que atua em sinal aberto.

**Acontece MP**
Informativo impresso da instituição, que teve, em 2016, 06 edições publicadas.

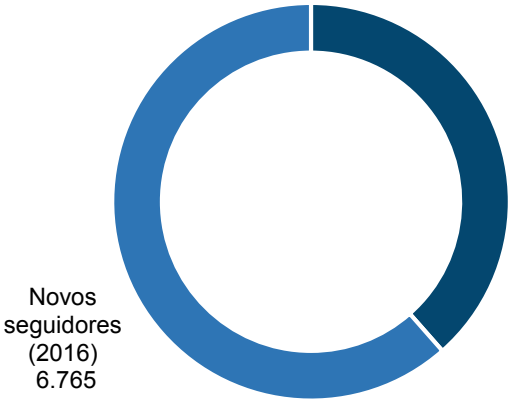
**Intranet**
Direcionado para o público interno, com a finalidade de proporcionar informações diárias sobre o que acontece na instituição. Por meio dessa ferramenta, as pessoas que compõem o MP-ES têm acesso, dentre outras coisas, ao *clipping* (monitoramento das notícias divulgadas em todas as mídias, em tempo real, elaborado por meio de contratação de empresa especializada), ao *link* Publicações Oficiais (Bom Dia MP) e acesso *online* aos atos do MP-ES publicados no Diário Oficial do Estado.

**Ponto de Informação – PI**
Jornal mural interno, com publicação semanal em 16 murais, distribuídos em unidades da Grande Vitória e do interior. Em 2016, foram 51 edições publicadas.

## Facebook MP-ES

A página foi lançada em novembro de 2015 e alcançou números significativos já no primeiro ano.

**Aproximadamente 11.000 seguidores**




1.032 conteúdos publicados
931.889 pessoas alcançadas
61.803 curtidas/reações
15.547 compartilhamentos
4.567 comentários

## Aplicativo MP-ES Cidadão

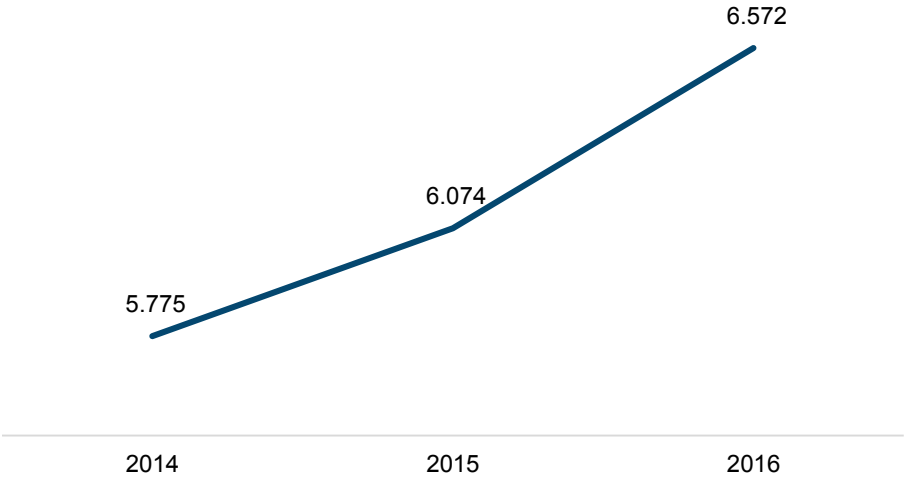
Lançado com sucesso, em 2016, o aplicativo MP-ES Cidadão é uma ferramenta para *smartphones* das plataformas Android e IOS, equipamento cada vez mais presente na vida das pessoas.

Foi desenvolvido com recursos tecnológicos e de pessoal da Coordenação de Tecnologia da Informação, em parceria com outros setores da instituição. Esse projeto ficou em primeiro lugar na categoria Tecnologia da Informação, do VII Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público.

## Ouvidoria

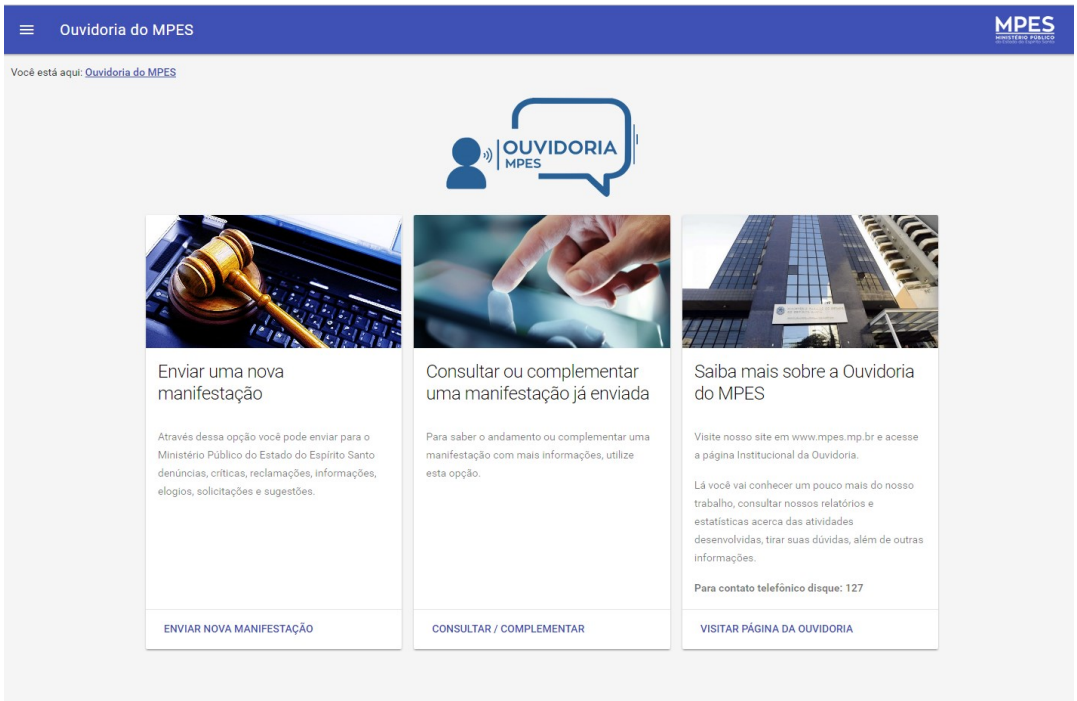
Implantada no MP-ES em 2008, a Ouvidoria possui a finalidade de aperfeiçoar o canal de atendimento ao público, com recebimento de denúncias, notícias, reclamações, sugestões, elogios e críticas do cidadão.

**Evolução do número de atendimentos**




Os atendimentos em 2016 (6.572 – o que representa um aumento de 8,2% em relação ao ano anterior) foram realizados de várias formas: presencial, telefone, e-mail, formulário eletrônico, carta e aplicativo *mobile*.

Destaca-se, ainda, que a Ouvidoria lançou uma página própria (ouvidoria.mpes.mp.br) e recebeu um novo sistema, mais simples e dinâmico, facilitando o diálogo com o cidadão.

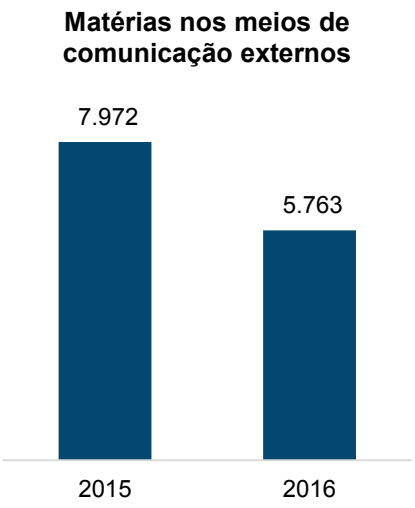


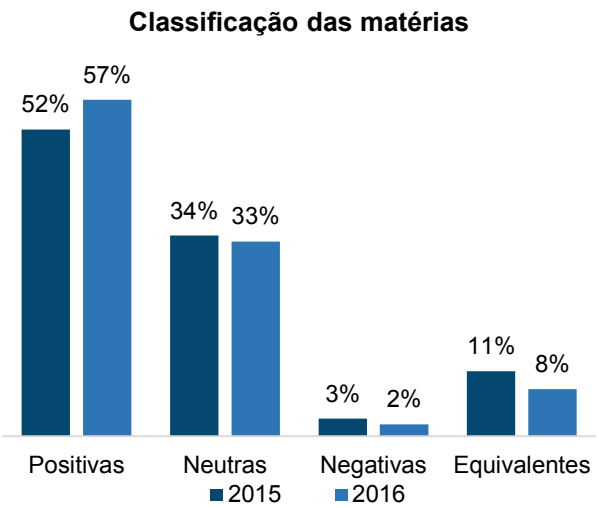
## 2.2 Divulgação da instituição

### Assessoria de Imprensa

A Assessoria de Comunicação Social - ASCM atendeu, em 2016, 1.170 demandas da imprensa local e nacional. Esse número representa 90% das demandas externas recebidas pelo setor. Além disso, a ASCM prestou serviços na cobertura de diversas operações e em campanhas desenvolvidas pela instituição.

### Exposição na mídia




### Memorial

As atividades desenvolvidas pelo Memorial estão relacionadas ao Objetivo Estratégico 17 do Planejamento Estratégico do MP-ES, que trata do fortalecimento da comunicação institucional com a sociedade, por meio do esclarecimento de suas atribuições constitucionais e de seus âmbitos de atuação.

**Exposição Itinerante Fatos em Fotos**

A Exposição Itinerante “Fatos em Fotos” visa divulgar as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo por meio de fotografias, criando mais um mecanismo de aproximação da instituição com a sociedade.

Concebida em 2015, a exposição Itinerante “Fatos em Fotos” é composta por 160 reproduções fotográficas expostas de acordo com a capacidade do local que a recebe.

Em 2016, a exposição foi realizada na Sala de Consultas “Renato Pacheco”, no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES, de 5 de maio a 17 de junho de 2016, ocasião em que foram apresentadas 103 imagens, além dos três totens que tratam da história das sedes da Procuradoria-Geral de Justiça.

**Simpósio Capixaba de Memória Institucional**

Evento anual criado com o objetivo de debater a preservação da memória e a construção da história das instituições e fortalecer a identidade do MP-ES perante a sociedade capixaba. Em 26 de outubro de 2016 foi realizadaa sexta edição do evento com o tema “Mídias sociais e Memória Institucional”.

Para a realização do simpósio, foram convidados representantes do Governo do Estado do Espírito Santo e do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim como da iniciativa privada, a Wis Educação, ampliando nossa rede de relacionamentos e estabelecendo parcerias.

Se comparada aos anos anteriores, a edição de 2016 superou o número de participantes. O evento atraiu 112 pessoas, incluindo profissionais e estudantes da área de ciências humanas, em especial de Comunicação Social, representantes de instituições públicas e privadas do estado, membros e servidores do MP-ES.

# 3. Atuação Finalística

## 3.1 Infância e Juventude

**Objetivo Estratégico 2**
Assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, priorizando a prestação adequada do atendimento protetivo e socioeducativo.

### 3.1.1 Projetos Estratégicos

#### Fortalecendo a Socioeducação

Iniciado no final do ano de 2015 e executado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAIJ, o projeto Fortalecendo a Socioeducação vincula-se ao Objetivo Estratégico 2 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025, visando assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, priorizando a prestação adequada do atendimento socioeducativo em meio aberto e fechado.

O projeto compreende o mapeamento dos municípios que executam medidas socioeducativas em meio aberto e das unidades de internação e semiliberdade do estado e a seleção de programas e projetos de atendimento dos regressos do sistema socioeducativo, bem como o estabelecimento de diretrizes e fluxos e a oferta de cursos na modalidade de ensino à distância para os executores das medidas socioeducativas em meio aberto e fechado.

Em 2016, foi iniciado o mapeamento em parceria com o Serviço de Pesquisa/CEAF e a atuação sistemática do CAIJ na articulação de medidas juntos aos demais setores do sistema de justiça, bem como com o Poder Executivo e o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES. Ressalta-se que a interlocução interinstitucional reflete diretamente nas melhorias estruturais das unidades, na qualificação do serviço socioeducativo prestado e, consequentemente, na diminuição da superlotação.

#### Fortalecendo a Proteção

O projeto Fortalecendo a Proteção, executado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAIJ, está vinculado ao Objetivo Estratégico 2 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025.

Com o objetivo de assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, priorizando a prestação adequada do atendimento protetivo (serviços de acolhimento, conselho tutelar e conselho municipal de direitos da criança e do adolescente), o projeto envolve etapas como:

- mapeamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar, Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares;

- levantamento das medidas de proteção aplicadas no município e programas de atendimento à criança e ao adolescente;
- estabelecimento de diretrizes e fluxos referentes a temas a serem escolhidos em reuniões com Promotores de Justiça;
- oferta de cursos na modalidade de ensino à distância para Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Serviços de Acolhimento.

Ao final do ano de 2015, foi realizado o Primeiro Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares em todo Brasil e, com a posse dos novos conselheiros em janeiro de 2016, o CAIJ realizou, no primeiro trimestre do ano, o Curso de Formação Inicial para os conselheiros de todos os municípios do estado do Espírito Santo, proporcionando um avanço na qualidade do serviço a ser prestado por esse público.

Além a realização dessa capacitação, foi iniciada a estruturação do curso na modalidade à distância.
Em parceria com o Serviço de Pesquisa do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, foi iniciado o mapeamento dos serviços e dos órgãos de proteção existentes em cada município (Programa de Acolhimento - institucional ou familiar -, Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente). Intenta-se que esse diagnóstico auxilie a atuação dos Promotores de Justiça.

## 3.1.2 Iniciativas Realizadas

### Projeto Abrindo Portas

Iniciado com a parceria entre o CAIJ e os Promotores de Justiça Rodrigo Monteiro da Silva e Graziella Maria Deprá Bittencourt, o Projeto Abrindo Portas visa à melhor inserção do adolescente na sociedade e no mercado de trabalho.

Posteriormente, novos parceiros são agregados ao trabalho. São eles: o CEAF, o Centro de Apoio Operacional da Defesa Comunitária - CACO, o Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação - CAPE e o Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal - GETEP.

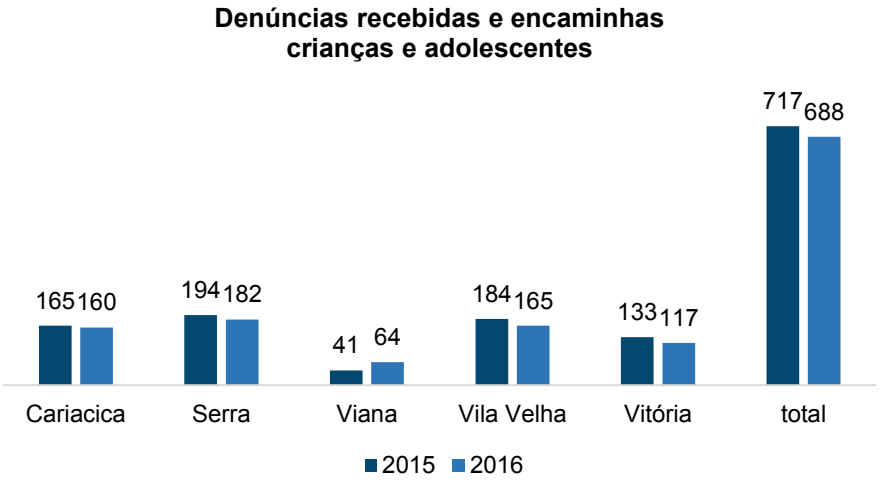
Em 2016, promoveu-se a participação dos adolescentes no evento “Pedalaço pela Paz”, a visita ao Museu da Vale e à ArcelorMittal.

Além disso, iniciaram-se diálogos com instituições como a ArcelorMittal, SENAC, entre outros, no sentido de ampliar o oferecimento de cursos de aprendizagem e profissionalizantes aos socioeducandos internados e em semiliberdade.

## 3.1.3 Parcerias Estabelecidas

### Disque Denúncia Nacional - DISQUE 100

Decorrente do termo de compromisso operacional firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o MP-ES e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG, o CAIJ encaminha diariamente para as Promotorias de Justiça denúncias recebidas pelo sistema SONDHA, oriundas do DISQUE 100.




## Fórum Global de Direito, Justiça e Desenvolvimento do Banco Mundial

O MP-ES, representado pelo CAIJ, tendo em vista a parceria técnica firmada em 2013, participou do evento internacional Fórum Global de Direito, Justiça e Desenvolvimento do Banco Mundial, ocorrido em dezembro de 2016.

O Fórum congrega organismos defensores de direitos humanos e sociais em um contexto mundial, colocando o MP-ES em posição diferenciada no cenário internacional, o que facilita futuras parcerias, novos contatos profissionais, convênios e intercâmbios.

Além disso, a relação de parceria técnica permite o compartilhamento das práticas exitosas da instituição - a exemplo do projeto Capacitação de Conselhos Tutelares e de Direitos, que consta do cadastro do Fórum - e o acesso a projetos de sucesso de demais parceiros, não somente em relação à área da infância e adolescência, mas a todas as temáticas relacionadas a desenvolvimento humano e social (patrimônio público, meio ambiente, enfrentamento à corrupção e outros).

## 3.2 Saúde

**Objetivo Estratégico 3**
Garantir o acesso da população a serviços eficientes de atenção básica à saúde.

### 3.2.1 Projeto Estratégico

**Fomento aos Serviços de Atenção Básica**

O projeto Fomento aos Serviços de Atenção Básica está vinculado ao Objetivo Estratégico 3 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025 e visa à fiscalização dos serviços de atenção básica prestados nos municípios, ao diagnóstico das unidades e à capacitação dos conselhos de saúde, priorizando ações voltadas à ampliação da cobertura e melhora da qualidade.

A execução cabe ao Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde - CAPS, sendo que no final de 2015 e no decorrer do ano de 2016 foram concluídas as seguintes etapas:

- capacitações regionais dos conselhos de saúde (conforme mapa de saúde) e orientação aos Promotores de Justiça acerca da importância dos serviços prestados pela atenção básica;
- estabelecimento de parcerias para acesso a banco de dados do Sistema Único de Saúde e Ministério da Saúde por meio da articulação do CAPS e posterior divulgação aos Promotores de Justiça;
- definição de diretrizes para a atuação uniforme, fomentando e implementando a atuação estratégica junto aos Promotores de Justiça.

Para os próximos passos estão previstos o término do diagnóstico da estrutura das unidades de saúde dos municípios do estado do Espírito Santo, com a realização de inspeções por amostragem, bem como o acompanhamento de dados e a verificação de adesão dos municípios a programas de qualidade no atendimento à saúde.

## 3.2.2 Iniciativas Realizadas

### Implementação das Coordenadorias Regionais de Saúde no MP-ES

Em novembro de 2015, por meio da Portaria nº 8.518/2015, foram criadas as Coordenadorias Regionais da Saúde no âmbito do MP-ES, constituídas pelos municípios integrantes das Regiões de Saúde (Sul, Norte, Metropolitana e Central).

O objetivo das Coordenadorias é o de agregar esforços na defesa da saúde nos municípios que a compõem, visando auxiliar as atividades dos órgãos de execução por meio de ações integradas e institucionalmente articuladas com os Promotores de Justiça, em especial para implementação de políticas de saúde em cada região.

No decorrer do ano de 2016, o Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (CAPS) promoveu a realização de reuniões das Coordenadorias Regionais de Saúde visando a sua implementação.

### I Seminário Justiça e Saúde Mental no Espírito Santo: A Judicialização e a Atenção Psicossocial.

O MP-ES, por meio do Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde - CAPS e em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo e a Defensoria Pública do Estado/ES, realizou, em novembro de 2016, o I Seminário Justiça e Saúde Mental no Espírito Santo: A Judicialização e a Atenção Psicossocial, ocasião em que o tema foi abordado por meio de palestras e mesas redondas.

O seminário teve como objetivo contribuir para o debate de questões como dependência química, formas de tratamento, dificuldades de internação, comunidades terapêuticas e o cumprimento de medidas judiciais e/ou extrajudiciais na área.

### Oficina SUS

No mês de novembro de 2016, foi realizada a Oficina SUS com o objetivo de monitorar e avaliar o processo de planejamento, as ações implementadas e os resultados alcançados a fim de garantir a transparência do processo de gestão do Sistema Único de Saúde, além de apresentar sistemas tecnológicos disponíveis aos Promotores de Justiça para qualificar o processo de monitoramento e fiscalização das políticas públicas.

O evento foi realizado pelo CAPS em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF e teve como público-alvo membros e servidores com atuação na área de saúde pública. Também estiveram presentes representantes da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo.

### 3.2.3 Parcerias Estabelecidas

#### Projeto de Defesa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Saúde

Em consonância com o Objetivo Estratégico 3 do Planejamento Estratégico MP-ES 2015-2025 - “Garantir o acesso da população a serviços eficientes de atenção básica à saúde” -, o CAPS participou, no ano de 2016, no Projeto de Defesa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica em Saúde, do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo em vista a necessidade de melhorar o acesso e a qualidade dos serviços na atenção primária, estimulando a adesão dos municípios brasileiros ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).

## 3.3 Educação

**Objetivo Estratégico 4**
Garantir o direito à educação de qualidade e a correta aplicação das verbas públicas, fortalecendo o controle social.

### 3.3.1 Projetos Estratégicos

**Enfrentamento à Evasão Escolar - implementação do uso da FICAI**

Iniciado em novembro de 2015, o Projeto Enfrentamento à Evasão Escolar está vinculado ao Objetivo Estratégico 4 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025 e visa assegurar que crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória estejam matriculados e frequentando regularmente a escola pública.

O projeto é executado pelo Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Educação - CAPE e sua abordagem inclui a elaboração de diagnóstico da realidade educacional dos municípios e do estado (incluindo o mapeamento da população em idade escolar obrigatória, índices de evasão escolar - educação básica e o cruzamento de dados de atendimento) e a implementação do uso da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI, nas redes de ensino do estado do Espírito Santo.

A implementação da FICAI representa uma estratégia de controle da frequência e de acompanhamento da vida escolar dos alunos da rede pública, possibilitando a intervenção precoce e eficiente dos atores da rede de proteção.

Em 2016, foi estruturado o projeto piloto para implementação do uso da FICAI, bem como realizadas reuniões a fim de firmar parcerias que possibilitem a cessão e uso do *software* da FICAI, bem como a hospedagem do sistema pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

Além disso, foi definida a aplicação do projeto piloto no município de Vila Velha, havendo o envolvimento dos seus Conselhos Tutelares.

Para o próximo ano, estão previstos a formalização das parcerias e o início do projeto piloto.

### Mais Educação Infantil

Visando garantir que todas as crianças de 4 a 5 anos estejam matriculadas na pré-escola e a ampliação da oferta de vagas em creches (0 a 3 anos) de modo a atender a demanda reprimida, foi iniciado, pelo CAPE, em 2015, o Projeto Estratégico Mais Educação Infantil.

O projeto está vinculado ao Objetivo Estratégico 4 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025 e inclui o diagnóstico da realidade educacional dos municípios do estado do Espírito Santo e da demanda reprimida (filas de espera por vagas), e a definição de diretrizes para atuação uniforme na temática.

Em 2016, foi realizada a atualização de levantamento de dados sobre a educação infantil no estado por meio de fontes oficiais, bem como pela realização de pesquisas junto aos municípios, a fim de monitorar a oferta de vagas, prestando informação e conscientizando a população, e subsidiando a atuação de membros no fomento ao cumprimento da Lei nº 13.005/2014 e da Emenda Constitucional nº 59/2009, com a inclusão de todas as crianças de 4 e 5 anos na educação infantil e o aumento da oferta de vagas em creches.

Como resultado desse trabalho de informação e orientação da população, instrumentalização das Promotorias de Justiça e acompanhamento da oferta/déficit de vagas nos municípios, o número de ocorrências relatadas ao MP-ES reduziu e em alguns municípios o atendimento à pré-escola foi universalizado.

## 3.3.2 Iniciativas Realizadas

### Projeto Educação em Valores, Desenvolvimento Humano e Cultura de Paz

O projeto tem como objetivo a capacitação de professores e de outros atores da comunidade escolar, abordando e enfatizando a importância dos valores humanos na prática da docência e na convivência escolar. Espera-se que, após o período do curso, os participantes consigam desenvolver ações e comportamentos pessoais dentro da sala de aula, que resultem na melhoria da inteligência emocional e, consequentemente, no ambiente escolar. Ou seja, preparado mentalmente, o profissional poderá lidar melhor com os desafios relacionados ao ensino e à convivência. Assim, é possível desenvolver o rendimento escolar dos alunos, além de prevenir e reduzir as ocorrências dos casos de indisciplina e atos infracionais.

A base do projeto consiste na parceria entre o MP-ES, por meio do Centro de Apoio do Implementação das Políticas de Educação, o Instituto Migliori Consultoria Ltda, a ArcelorMittal Brasil e a Secretaria Estadual de Educação (SEDU). O MP-ES atua como o mediador do projeto, fazendo a interlocução entre os envolvidos. A metodologia do curso, que é disponibilizado na modalidade de ensino à distância (EAD), pertence ao Instituto Migliori Consultoria Ltda. O financiamento do projeto é da ArcelorMittal. Cabe à SEDU a elaboração, em conjunto com os demais parceiros, da estratégia de implantação e a operacionalização junto às escolas contempladas.

No ano de 2016, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica com o município de Serra para a sua inclusão na parceria entre o MP-ES, ArcelorMittal e o Instituto Migliori para a realização do projeto no município.

No âmbito das escolas públicas estaduais, foi discutida e acertada a manutenção da parceria entre o MP-ES, a ArcelorMittal, a SEDU e o Instituto Migliori. Na referida discussão, foi identificada a necessidade de

integração de valores aos currículos escolares e projetos político-pedagógicos, por meio da promoção de práticas transformadoras a partir de vivências e técnicas que possibilitam a formação do caráter pelo despertar dos valores humanos.

O MP-ES, então, passará a intervir a fim de garantir a contrapartida das secretarias de educação por meio de ações e projetos que perpetuem o investimento realizado e a continuidade do trabalho. Havendo também a colaboração com as comarcas que apresentam maiores índices de violência escolar para a melhoria dos índices, visando atuar na prevenção e a valorizar as relações humanas no ambiente escolar.

Ainda em 2016, em reunião entre o CAPE, o CAIJ, a SEDU e o IASES sobre a educação de internos em cumprimento de medida socioeducativa, foi deliberada a inclusão da turma de professores que ministram aulas nas Unidades de Internação no projeto.

Vale destacar que o número de vagas para cursistas aumentou de 300 para 1.000, em 2016. Isso representa mais de 50.000 alunos envolvidos pelos profissionais capacitados.

### Capacitação técnica sobre financiamento constitucional da educação

Durante reunião do Colegiado Permanente de Estudos e Atuação Estratégica - CEATE/CAPE, membros e servidores do MP-ES foram atualizados acerca da atuação sobre disposição e controle de verbas públicas destinadas à educação.

A capacitação foi ofertada por técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que abordaram o financiamento constitucional da educação, com ênfase nas verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, sua aplicação e fiscalização.

### Diretrizes curriculares para cursos de formação para conselheiros

O MP-ES, por meio do CAPE, participou de um ciclo de reuniões com a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (representada pelo setor de Educação Fiscal), a União Nacional dos Conselho Municipais de Educação (UNDIME) e a Secretaria de Estado de Educação - SEDU para a formatação de um curso de formação para conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Como resultado das reuniões, foram elaboradas as diretrizes curriculares do curso, com definição do quantitativo de módulos e de seus respectivos assuntos, metodologia e sugestão de docentes, restando apenas a aplicação do curso piloto para os conselheiros da Região Metropolitana da Grande Vitória.

### Manifestação contra a PEC nº 241/2016

O MP-ES, por meio do CAPE e CAPS, manifestou-se, por nota, contra a PEC nº 241/2016, pois esta desconsidera a necessidade de investir o quantitativo de recursos necessários à implementação do direito a educação, o que é fundamental para o desenvolvimento do país.

Também foi produzido material de apoio para esclarecimento da população acerca do assunto de relevância.

### 3.3.3 Atuações de Destaque

#### Ocupações das escolas públicas estaduais

No segundo semestre de 2016, dentro de um cenário nacional de manifestações e protestos contra a PEC 55/2016 em que manifestantes ocuparam escolas estaduais, o MP-ES atuou conjuntamente com demais instituições públicas por meio de reuniões e audiências públicas.

Representada pelo CAPE e pelo Centro de Apoio Operacional Eleitoral - CAEL, a instituição participou de ciclo de reuniões com o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, a SEDU, a Defensoria Pública Estadual e representantes de alunos de escolas da rede estadual de ensino ocupadas por manifestantes contra projetos do governo federal, acerca da suspensão de aulas e eventuais transtornos durante as realização das Eleições 2016 em escolas que funcionam como locais de votação e pela garantia do retorno das aulas regulares.

Foram realizadas, também, audiências públicas com a SEDU, a Procuradoria-Geral do Estado, a Defensoria Pública Estadual, o Conselho de Direito de Defesa de Crianças e Adolescentes, estudantes manifestantes e não manifestantes para tratar das ocupações de escolas estaduais.

Como resultado, alcançou-se acordo com os representantes de escolas pela garantia do processo eleitoral sem intercorrências. Além disso, derivada de ação civil pública impetrada pelo MP-ES, obteve-se decisão judicial determinando o processo de desocupação pacífica junto aos alunos, com aplicação de multa aos pais cujos alunos resistissem na permanência.

Ainda do ajuizamento de ação civil pública em litisconsórcio com o Estado resultou a obtenção de liminar determinando a desocupação das escolas por alunos não matriculados nos respectivos estabelecimentos de ensino.

## 3.4 Defesa Comunitária

**Objetivo Estratégico 5**
Fortalecer a rede de proteção social observando os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

### 3.4.1 Projeto Estratégico

**Fortalecimento da Rede Socioassistencial**

Vinculado ao Objetivo Estratégico 5 do Mapa Estratégico MP-ES 2015-2025, o Projeto Fortalecimento da Rede Socioassistencial tem como objetivo buscar o conhecimento da realidade social de cada município, visando instruir todos os atores envolvidos na política de Assistência Social, assegurando a observância dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, notadamente pelas políticas públicas e redes de proteção social cuja implementação e cujo regular funcionamento guardem interfaces com a atuação do Ministério Público.

Estão incluídas no projeto a análise dos serviços da Política de Assistência Social dos municípios do estado e a disponibilização de ferramenta virtual com mapa da política socioassistencial com informações pertinentes à área de Assistência Social (mapeamento da realidade social local) a fim de instrumentalizar os Promotores de Justiça na sua atuação.

Em 2016, o Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária - CACO trabalhou em conjunto com o Serviço de Pesquisas/CEAF na elaboração de pesquisa técnica, coleta de dados e análise estatística, utilizando como base de dados o Censo SUAS.

Também foram iniciadas às discussões acerca da construção do Mapa da Política de Assistência Social, juntamente com o Serviço de Pesquisas, a Coordenação de Informática e a Assessoria de Planejamento e Gestão Integrada.

### 3.4.2 Iniciativas Realizadas

**Diagnóstico de recursos humanos da Política de Assistência Social**

O diagnóstico consiste no levantamento de dados referentes aos recursos humanos da área de Assistência Social dos municípios do estado do Espírito Santo.

Os dados consistem em quantitativo de servidores efetivos, comissionados e funcionários contratados por meio de entidades prestadoras de serviço e são obtidos por solicitação às secretarias municipais de Assistência Social e visitas técnicas nos equipamentos sociais.

A partir dos dados obtidos é elaborado um relatório social o qual subsidiará um parecer social opinando sobre o regular atendimento aos dispositivos legais vigentes.

O objetivo do diagnóstico é promover a compreensão dos órgãos de execução acerca do efetivo profissional existente nos equipamentos sociais municipais, auxiliando a atuação ministerial no que tange a regular fiscalização do quantitativo necessário de profissionais atuantes nos mais diversos postos de trabalho da rede socioassistencial disponíveis nos municípios, além de priorizar a prevalência dos concursos públicos como meio de contratação em detrimento das contratações temporárias.

Cabe ressaltar que o trabalho é realizado por meio de demanda do Promotor de Justiça com atribuição em matéria relacionada a Lei Orgânica de Assistência Social ao CACO.

### Grupo de trabalho e discussão: fluxo operacional dos serviços para pessoas em situação de rua

Grupo formado pelo MP-ES (representado pelo CACO), pelas secretarias municipais de Assistência Social e técnicos responsáveis pelos atendimentos no equipamento públicos, Secretaria de Estado de Assistência Social e Secretaria de Estado de Justiça.

A atuação é específica na demanda de pessoas em situação de rua nos municípios capixabas, em especial da Região Metropolitana da Grande Vitória, a fim de conhecer a realidade dos serviços ofertados a esse segmento populacional e visando efetivar uma política pública voltada para a garantia de seus direitos, pactuando com os municípios a necessidade de adequação dos serviços públicos ofertados em cada território. A pesquisa é elabora em parceria com o Governo do Estado.

Em 2016, o CACO realizou visitas no Centro de Referência Especializada da Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua (Centro-Pop), Abrigo Institucional e Casa de Passagem, sendo verificadas as condições de estrutura física, de pessoal e de atendimento.

Para participarem do grupo de trabalho, foram convidadas as secretarias municipais de Habitação, Saúde e Educação considerando a intersetorialidade do tema.

### Cineclube MP Debate

Iniciativa realizada pela Comissão de Direito à Diversidade Sexual, em parceria com a Assessoria de Comunicação do MP-ES, consistente na exibição de filmes com a temática relacionada a diversidade sexual a fim de promover debates acerca da matéria envolvendo os públicos interno e externo a instituição.

Nos meses de agosto e outubro de 2016, foram exibidos, na Sala de Capacitação do CEAF, os curta-metragem “Eu não quero voltar sozinho”, que aborda o afeto homossexual, e “Sob o mesmo céu”, que conta a história de duas mulheres diagnosticadas com HIV positivo.

As exibições contaram com público crítico que levantaram debate qualificado acerca da matéria, além da participação de convidados que colaboraram no enriquecimento da discussão.

## 3.5 Cidadania

**Objetivo Estratégico 6**
Fortalecer a rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência.

**Objetivo Estratégico 7**
Fortalecer a resolução de conflitos na área da família.

**Objetivo Estratégico 8**
Intensificar a fiscalização do terceiro setor fortalecendo a sua atuação.

### 3.5.1 Projeto Estratégico

**Fortalecimento da rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência**

Vinculado ao Objetivo Estratégico 6 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025 e executado pelo Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa da Cidadania - CACC, o Projeto Fortalecimento da rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência tem como objetivo garantir a existência e o pleno funcionamento da rede de proteção em conformidade com as políticas públicas voltadas a essa população.

O projeto abrange desde o diagnóstico social sobre a rede de proteção e unidades de atendimento ao estabelecimento de diretrizes para atuação uniforme na temática bem como o fomento e a disseminação das políticas públicas.

No ano de 2016, dentre as ações realizadas, destaca-se o estabelecimento de parceria com o Serviço de Pesquisas do CEAF para a coleta de dados da pesquisa, imprescindível para as posteriores etapas de sistematização e análise qualitativa. Em paralelo, o CACC debateu junto ao CACO as ações comuns aos projetos estratégicos por eles executados, tais como, a inclusão dos dados relativos à rede de proteção ao idoso e à pessoa com deficiência no Mapa da Política de Assistência Social, a ser construído em conjunto com a Coordenação de Informática.

### 3.5.2 Iniciativas Realizadas

**Curso “Direito de Família no Novo CPC”**

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF promoveu o curso “Direito de Família no Novo CPC”, na Procuradoria-Geral de Justiça, destinado a membros e servidores do MP-ES e com o objetivo de apresentar e debater as alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil brasileiro, pertinentes ao Direito de Família, a fim de subsidiar os participantes para o exercício de suas funções.

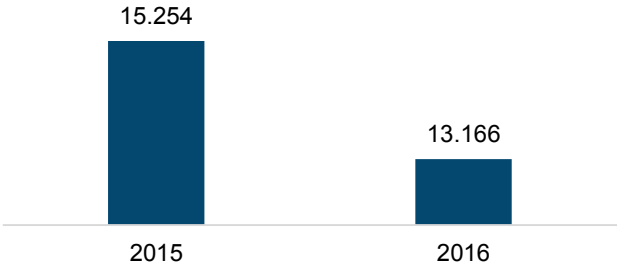
A instrução do evento ficou a cargo do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia e membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Dr. Cristiano Chaves de Faria.

### 3.5.3 Atuações de Destaque

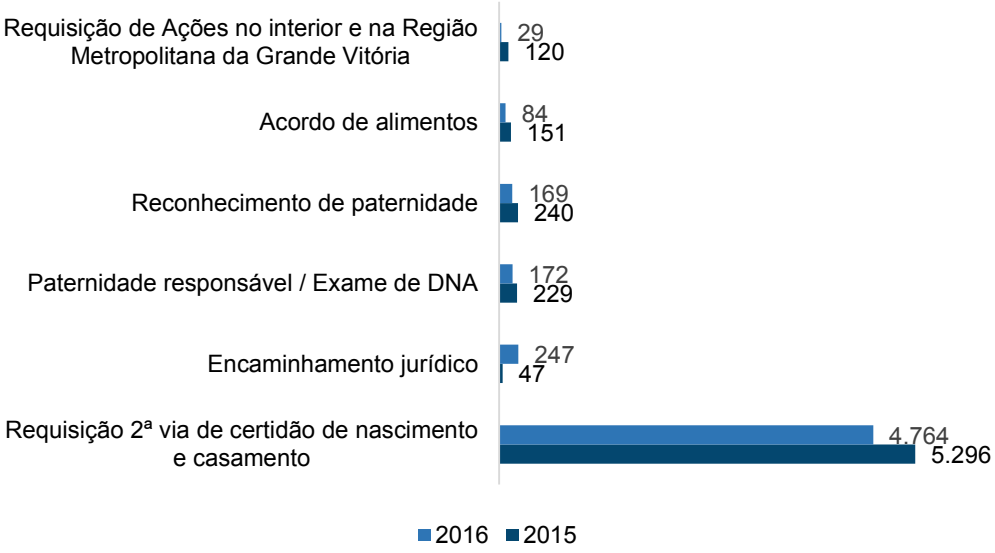
#### Atendimento à comunidade de baixa renda

Com um programa de serviços gratuitos de defesa dos direitos de cidadania, o MP-ES, por meio do Grupo Especial de Trabalho Social - GETSO, presta atendimento à comunidade de baixa renda.

**Atendimentos ao público**




**Serviços prestados à comunidade de baixa renda**



## 3.6 Meio Ambiente e Urbanismo

**Objetivo Estratégico 9**
Fomentar a concretização de políticas públicas ligadas a resíduos sólidos, saneamento básico e recursos hídricos e o processo de regularização fundiária.

### 3.6.1 Projetos Estratégicos

#### Projeto Água Viva

O Projeto Água Viva, vinculado ao Objetivo Estratégico 9 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025, tem como objetivo fomentar a implementação dos instrumentos estabelecidos na Política Nacional de Recursos Hídricos, em especial planos de bacia hidrográfica, e fortalecimento dos Comitês de Bacia; promover ações de recuperação de áreas de proteção ambiental degradadas e atuar na regulamentação da abertura de poços escavados.

O projeto, executado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico - CAOA, foi iniciado em 2015 e, na busca de um cenário atual em relação à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos no Espírito Santo, foi elaborado, pelo Serviço de Estudos e Pesquisa do CEAF, um diagnóstico sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas, os Planos de Bacias Hidrográficas, Gestão Hídrica e Poços Escavados ou Subterrâneos e Barragens e, ainda, sobre Saneamento Básico.

A partir desse diagnóstico foi possível, ao longo do ano de 2016, a realização de ações, tais como:

- articulação entre o CAOA e a Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH na busca da superação do alerta emergencial da crise hídrica e outras medidas necessárias para preenchimento das deficiências encontradas na pesquisa;
- apresentação do diagnóstico e das intenções de plano de trabalho do Projeto Água Viva durante reunião do CEATE/CAOA com os Promotores de Justiça;
- elaboração de laudo técnico, pelo CAOA, sobre as condições e qualidades dos principais cursos d'água, concluindo-se que os procedimentos para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos ainda não foram realizados pelos órgãos competentes, de acordo com a Resolução CONAMA nº 91/2008, não sendo possível obter a classificação dos corpos d'água das bacias hidrográficas do estado do Espírito Santo;
- formação do Grupo de Trabalho Integrado dos Recursos Hídricos que, por meio de reuniões realizadas em setembro, outubro e dezembro de 2016, trataram das questões regionais sobre os recursos hídricos e demais aspectos da crise hídrica, por bacia hidrográfica.

Além disso, houve a contribuição do MP-ES na regulamentação dos poços escavados, encaminhando-se manifestação da instituição à AGERH acerca da minuta da instrução normativa relativa às diretrizes para a execução das atividades de abertura, limpeza e desassoreamento de poços escavados para captação de água e outras providências.

Visando, ainda, sensibilizar e preparar membros do *Parquet* para o tema, foram realizados os seguintes eventos, respectivamente, nos meses de novembro e dezembro:

- Capacitação de Recursos Hídricos: A Crise Hídrica em Debate;
- Seminário "O Ministério Público e a Política de Saneamento Básico".

Vale ressaltar que durante a Capacitação de Recursos Hídricos, foi apresentada, para finalização, proposta de termo de cooperação técnica entre o MP-ES e a AGERH com formalização de assinatura em 2017, visando envidar esforços para a execução das atividades previstas na legislação estadual de recursos hídricos bem como nas legislações específicas para enfrentamento dos efeitos da crise hídrica no estado do Espírito Santo, em especial as Resoluções da AGERH e os Acordos de Cooperação Comunitária.

O objetivo do acordo é a tomada de decisões conjuntas, alinhadas, reduzindo a sobrecarga de trabalho em cada um dos órgãos, resolvendo de forma mais eficiente os problemas e tentando solucionar as demandas específicas primeiramente na esfera administrativa, evitando a judicialização imediata dos diferentes casos.

## 3.6.2 Iniciativas Realizadas

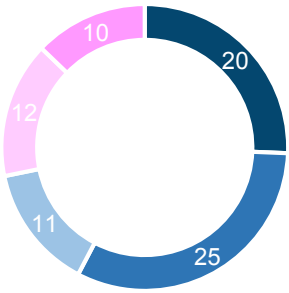
### Estratégias de acompanhamento dos Termos de Compromisso Ambiental Resíduos Sólidos

O MP-ES, por meio do CAOA, realiza o acompanhamento de 28 termos de ajustamento de conduta, firmados com municípios do estado do Espírito Santo ao longo dos anos de 2013 a 2015, que visam à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Programa Pró Catador.

Porém, considerando as dificuldades encontradas pelo CAOA no acompanhamento, a distância, da execução dos Termos de Compromisso Ambiental - TCA, em especial pela redução de despesas decorrente da crise econômica brasileira e o estabelecimento da realização de vistorias comprobatórias do cumprimento do termo pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, o CAOA sugeriu uma estratégia mais eficiente de acompanhamento por meio da atuação do Promotor de Justiça natural em parceria com o Ministério Público do Trabalho e o apoio do IEMA.

A partir de 2016, os municípios do estado foram classificados em 5 grupos a fim de organizar e planejar a ação fiscalizatória pelo IEMA:

**Distribuição dos municípios conforme classificação fiscalizatória**




- Grupo 1: Municípios com disposição inadequada de RSU*
- Grupo 2: Municípios que operam transbordo sem licenciamento
- Grupo 3: Municípios com transbordo devidamente licenciado (particulares)
- Grupo 4: Municípios com disposição final de RSU adequada e sem transbordo
- Grupo 5: Municípios que não assinaram o TCA, mas informaram destinar para aterro sanitário ambientalmente licenciado

*RSU: Resíduo Sólido Urbano

Em 2016, foram realizadas ações de fiscalização em todos os municípios que compõem o Grupo 1, sendo encaminhados ao MP-ES (CAOA e Promotorias de Justiça locais) relatórios sobre a destinação final de resíduos e, também, notificações às Promotorias de Justiça sobre as autuações feitas pelo IEMA.

## Encontro Ambiental: Valoração Ambiental

O CAOA realizou o encontro Valoração Ambiental, visando proporcionar um encontro com os Promotores de Justiça com atribuição na matéria de meio ambiente e urbanismo, de forma a apresentar as metodologias de trabalho de cálculos de valoração ambiental, bem como as dificuldades encontradas no fechamento de uma metodologia a ser adotada e, por fim, houve debates e questionamentos sobre esse método nas atividades dos órgãos de execução.

## 3.7 Patrimônio Público

**Objetivo Estratégico 10**
Intensificar o controle e a prevenção de atos de improbidade administrativa e crimes na administração pública, garantindo a transparência e a defesa do patrimônio público.

### 3.7.1 Iniciativas Realizadas

#### Oficina CADP

O projeto Oficina CADP, iniciado em 2014 e executado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público - CADP, tem como objetivo auxiliar os órgãos de execução na tutela do patrimônio público, proporcionando o encontro de Promotores de Justiça com os técnicos e assessores do CADP para discussão e auxílio em relação a procedimentos em apuração nas Promotorias de Justiça.

Em 2016, foram realizadas reuniões setoriais em que foram apontadas algumas medidas a serem adotadas para melhoria dos trabalhos realizados pela equipe técnica do Centro de Apoio, dentre elas: a realização de oficinas e treinamentos direcionados para as demandas dos técnicos do CADP, especificamente no que diz respeito a superfaturamento, FUNDEB, Lei de Responsabilidade Fiscal, fraude em procedimentos licitatórios, cálculos judiciais e fundos municipais e convênios; a aquisição de ferramentas de pesquisa online e de bibliografia específica sobre os assuntos tratados nas solicitações encaminhadas.

#### Curso de 'Capacitação em Portais da Transparência'

Destinado a membros e servidores do MP-ES com atuação em Patrimônio Público, foi realizado, em agosto de 2016, pelo Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional e o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público- CADP, o curso "Capacitação em Portais da Transparência", sendo uma complementação do CEATE/CADP.

O curso teve como objetivo a capacitação dos participantes para avaliar a qualidade dos portais eletrônicos de transparência e os sistemas de informação ao cidadão disponibilizados por prefeituras municipais, câmaras de vereadores e demais entidades governamentais, conforme aspectos definidos pela legislação e, indicando aperfeiçoamentos necessários, além de como utilizá-los para obtenção de informações, permitindo, por consequência, uma atuação mais efetiva.

A capacitação foi instruída pelo Agente Técnico/Estatístico Pedro Pelacani Berger, que abordou temas como a transparência na administração pública e seus aspectos legais, itens observados pelo Ministério Público (indicadores de transparência) e utilização e principais funcionalidades dos portais eletrônicos.

#### Palestra para prefeitos municipais do Espírito Santo

Durante o 2º Fórum de Prefeitos, promovido pela Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo, ocorrida em novembro de 2016, foi apresentada a atuação do Ministério Público do Estado do Espírito Santo na fiscalização da gestão municipal, por meio de palestra realizada pelo CADP.

Na apresentação, também foram abordadas as atribuições constitucionais do Ministério Público na defesa dos interesses coletivos e os instrumentos para realizar o cumprimento das leis, como os Termos de Ajustamento de Conduta e notificações recomendatórias, bem como quanto a atenção da instituição em relação à transparência nas prefeituras e câmaras municipais e a recomendação para que os atuais prefeitos façam transições republicanas.

Outro ponto abordado, além da transparência das prefeituras municipais e câmaras de vereadores, foi outra forma de controle da corrupção por meio da capacitação de servidores que atuarão nas áreas de licitações e contratos, sendo recomendado o fortalecimento das controladorias internas dos municípios.

### 3.7.2 Parcerias Estabelecidas

#### Fórum de Combate à Corrupção no Estado do Espírito Santo - FOCCO/ES

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo celebrou, em 29 de agosto de 2016, o Acordo de Cooperação Técnica MPES nº 025/2016, com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O objetivo do FOCCO/ES é ampliar e aprimorar, de modo expresso e efetivo, a articulação de parcerias, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no estado do Espírito Santo, para desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social e da transparência pública, ao tráfego de informações e documentos, e ao intercâmbio de experiências.

## 3.8 Consumidor

**Objetivo Estratégico 11**
Estimular a eficiência do sistema de defesa dos consumidores, assegurando o acesso à informação e a autonomia das pessoas para defesa dos seus direitos.

### 3.8.1 Projetos Estratégicos

**Fortalecimento do Consumidor Cidadão e do Sistema de Defesa de seus Direitos**

Vinculado ao Objetivo Estratégico 10, do Mapa Estratégico MPES 2015-2025, o projeto Fortalecimento do Consumidor Cidadão e do Sistema de Defesa de seus Direitos, executado pelo Centro de Apoio Operacional da Defesa dos Direitos do Consumidor - CADC, tem como objetivos:

1. fortalecer o sistema de defesa do consumidor;
2. otimizar o acesso à informação pelo consumidor;
3. incentivar o exercício da cidadania e da autonomia do consumidor na defesa dos seus direitos.

O projeto contempla atividades como mapeamento, disponibilização de informações para a sociedade, realização de parcerias, capacitações, definição de diretrizes de atuação uniforme.

No ano de 2016, destacam-se os seguintes eventos relacionados à execução do projeto:

- I Encontro do Ministério Público com os PROCONs Municipais;
- reunião com os prefeitos dos municípios de Ibatiba e Alegre, a fim de esclarecer a importância da implementação/estruturação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor;
- termo de ajustamento de conduta para implementação/estruturação dos PROCONs em Ibatiba e Alegre;
- visita aos PROCONs de Alegre, Marataízes, Presidente Kennedy e Piúma, a fim de acompanhar a evolução e necessidades dos órgãos;
- evento comemorativo à semana do Consumidor, promovido pelo PROCON de Cachoeiro de Itapemirim;
- encaminhamento de material aos PROCONs Municipais, para campanha educativa de Natal, auxiliando o PROCON/ES;
- publicação de novas ações, decisões e acordos benéficos ao consumidor no estado do Espírito Santo, no sítio eletrônico “Consumidor Vencedor”, em cumprimento ao item 1.4 do Projeto Estratégico;

## 3.8.2 Iniciativas Realizadas

### Encontro do Ministério Público com os Procons Municipais

O MP-ES, por meio do Centro de Apoio Operacional da Defesa dos Direitos do Consumidor - CADC e com o apoio do CEAF, promoveu, em abril de 2016, o "Encontro do Ministério Público com os Procons Municipais", direcionado a servidores e coordenadores dos Procons, Promotores de Justiça com atribuição na Defesa do Consumidor e demais interessados na área.

O objetivo do evento é conhecer os Procons de todo o estado, promover a troca de experiências, esclarecer dúvidas e ampliar o conhecimento para a efetiva defesa dos consumidores, por meio de palestras seguidas de debates. Foram abordados os seguintes temas:

- Meta institucional: o sistema municipal de Defesa do Consumidor e sua evolução, apresentado pela dirigente do CADC, Promotora de Justiça, Dra. Sandra Lengruber da Silva;
- Solução extrajudicial de conflitos e o papel dos Procons;
- O papel da fiscalização - entendendo o ato fiscalizatório, apresentado pelo gerente de fiscalização do Proncon/ES;
- Atendimento ao consumidor, apresentado pela coordenadora do Procon de Vila Velha;
- A utilização do fundo municipal de defesa do consumidor, apresentado pelo coordenador do Procon Municipal de Cachoeiro de Itapemirim;
- A importância do mutirão, apresentado pela diretora-presidente do Procon/ES;
- Das decisões administrativas - A importância de um Procon eficaz e completo, apresentado pelo assessor jurídico do Procon/ES.

## 3.8.3 Parcerias Estabelecidas

### Consumidor Vencedor

O site Consumidor Vencedor é um sistema online que, de forma transparente e utilizando uma linguagem simplificada, divulga decisões judiciais e compromissos de conduta já obtidos por meio da atuação do Ministério Público brasileiro e incentiva o consumidor a fiscalizar o cumprimento das determinações.
Algumas decisões e alguns compromissos de conduta divulgados asseguram direitos de indenização para os consumidores prejudicados, os quais poderão, no próprio site, ter acesso a orientações.

O portal surgiu a partir da necessidade de informar melhor as pessoas sobre decisões e direitos, sendo resultado do esforço de todas as unidades ministeriais que integram o sistema e inserem diuturnamente suas Ações Civis Públicas, Decisões Judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta, permitindo que a área de defesa do consumidor construa o primeiro banco nacional de atuação do Ministério Público brasileiro.

No mês de maio de 2016, o site Consumidor Vencedor divulgou uma pesquisa nacional sobre a atuação dos Ministérios Públicos de todo o Brasil na defesa dos Direitos do Consumidor, sendo que o MP-ES teve sua maior atuação na estruturação e criação dos Procons municipais.

Considerando ser uma das metas do Objetivo Estratégico 11 do Planejamento Estratégico MPES 2015-2025, o trabalho desenvolvido pelo CADC resultou na celebração de 25 Termos de Ajuste de Conduta com prefeituras municipais, destes, 14 visando à criação de novos Procons e 11 para a estruturação dos já existentes.

### 3.8.4 Atuações de Destaque

#### Fiscalização da comercialização de pescados no litoral capixaba

O MP-ES, por meio de atuação conjunta entre o CADC, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e a Promotoria de Justiça de Piúma, realizou ação fiscalizatória nos estabelecimentos de comercialização de pescados no município, intitulada como Operação Makaira.

Essa ação é fruto da atuação em parceria entre o CADC e o GAECO, juntamente com a Secretaria de Estado da Fazenda/ES e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo.

## 3.9 Eleitoral

**Objetivo Estratégico 12**
Atuar na defesa do regime democrático, promovendo ações contra a corrupção eleitoral e o uso abusivo da máquina administrativa.

### 3.9.1 Projetos Estratégicos

**Fortalecimento da Atuação Eleitoral**

Iniciado em novembro de 2015, o Projeto Fortalecimento da Atuação Eleitoral, executado pelo Centro de Apoio Operacional Eleitoral - CAEL, visa potencializar a atuação dos Promotores de Justiça Eleitorais, conferindo maior efetividade à missão constitucional do Ministério Público de defesa do regime democrático, sobretudo no período eleitoral de 2016.

O Projeto encontra-se vinculado ao Objetivo Estratégico 12 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025 e abrange a preparação de membros do *parquet* para atuação e compreensão do processo eleitoral, o estabelecimento de diretrizes para atuação uniforme, a promoção de ações preventivas e o mapeamento do quadro eleitoral no estado do Espírito Santo para identificação das necessidades e dos pontos críticos a serem monitorados.

Ao final do ano de 2015 e no decorrer do ano de 2016, Promotores de Justiça Eleitorais participaram de 6 encontros preparatórios para o esclarecimento de dúvidas e repasse de orientações acerca do processo eleitoral, a fim de alinhar posicionamentos e assessorar os membros durante o pleito. Os encontros foram realizados nos meses de dezembro de 2015, fevereiro, junho, julho e setembro de 2016.

Servidores e estagiários também receberam preparação com o objetivo de incrementar o assessoramento aos Promotores de Justiça Eleitorais, por meio de encontros para esclarecimento de dúvidas e discussão de temas como divisão de atribuições entre as Zonas Eleitorais, questões práticas da propaganda eleitoral no rádio/TV, taxonomia e registro de procedimentos no sistema GAMPES.

Ainda, voltado para a preparação de membros para a atuação eleitoral e com a finalidade de facilitar o enfrentamento nas eleições municipais de 2016, foi realizado, no mês de abril, o Seminário de Direito Eleitoral para a promoção de discussão acerca de questões práticas sobre registro de candidatura, corrupção eleitoral, uso abusivo da máquina administrativa e propaganda eleitoral.

Nesse contexto, por meio de participação na Ação Global Nacional de 2016, foi realizada uma mobilização contra a corrupção (com foco nas eleições municipais) em parceria com o Instituto Não Aceito Corrupção.

Na oportunidade, destaca-se a apresentação do jogo eletrônico “Voto em Jogo”, alertando para a importância do voto consciente e a explicação aos eleitores sobre o impacto do voto no dia a dia dos municípios, o papel dos prefeitos e vereadores, as graves consequências da venda de voto, a importância de se verificar o histórico dos candidatos e a necessidade de fiscalização dos eleitos.

Também em caráter preventivo, no período de agosto a outubro de 2016, foram veiculados na página do facebook do MP-ES diversos vídeos que compuseram a série “MP nas Eleições”, oportunizando ao eleitor acompanhar o processo eleitoral e se informar sobre o assunto.

## 3.10 Criminal

**Objetivo Estratégico 13**
Combater o crime organizado.

**Objetivo Estratégico 14**
Coibir os crimes relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Objetivo Estratégico 15**
Aperfeiçoar o controle externo da atividade policial.

**Objetivo Estratégico 16**
Garantir o cumprimento das penas e das medidas de segurança.

### 3.10.1 Projetos Estratégicos

**Prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**

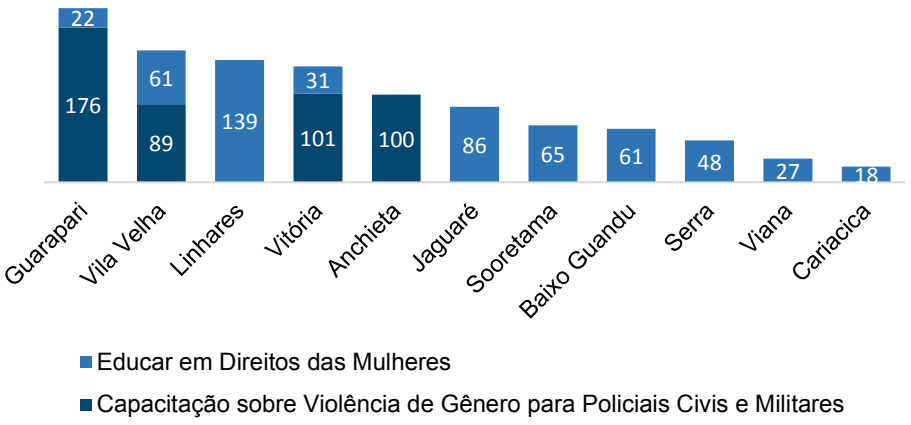
O Projeto Prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, relacionado ao Objetivo Estratégico 14 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025 e executado pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a Mulher - NEVID, tem como objetivo a redução do índice de criminalidade contra a mulher, especialmente a violência doméstica e familiar por meio de ações e campanhas.

O projeto envolve o mapeamento da violência doméstica do estado e dos serviços da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, promoção de conhecimento e orientação para a aplicação da Lei Maria da Penha, bem como o fomento de ações integradas em todo o estado.

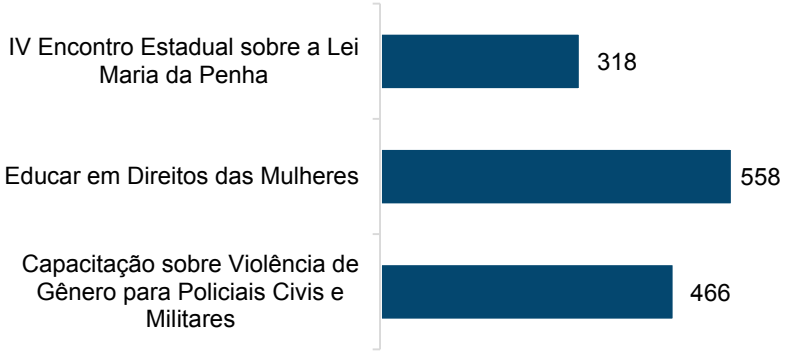
Em 2016, as principais atividades realizadas compreendem a realização de Capacitação sobre Violência de Gênero para Policiais Civis e Militares (nos meses de fevereiro, março, novembro e dezembro), do Educar em Direitos das Mulheres (nos meses de junho, julho, agosto, novembro e dezembro) e do IV Encontro Estadual sobre a Lei Maria da Penha.

Vale ressaltar que o desenvolvimento das atividades prioriza os 11 municípios do estado do Espírito Santo que se encontram entre os 100 municípios (com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino) que possuem as maiores taxas de homicídios de mulheres, conforme Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil.

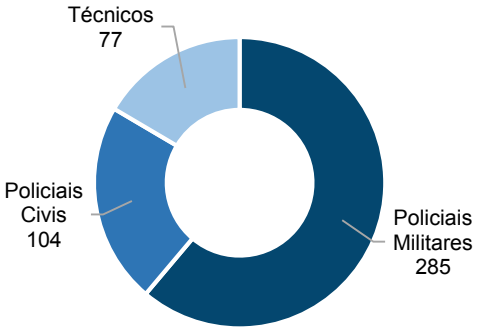
**Participantes dos eventos nos municípios capixabas**



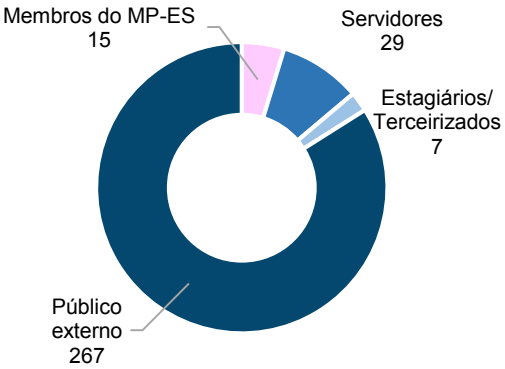

**Total de participantes por evento**




**Participantes nas Capacitações sobre Violência de Gênero para Policiais Civis e Militares**




**Participantes do IV Encontro Estadual sobre a Lei Maria da Penha**



### Qualificação da Atuação no Controle Externo da Atividade Policial

O Projeto Qualificação da Atuação no Controle Externo da Atividade Policial está vinculado ao Objetivo Estratégico 15 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025, cujo objetivo é desenvolver uma atuação ministerial efetiva no controle externo da atividade policial, garantindo as condições necessárias para que os órgãos policiais executem, satisfatoriamente, as suas funções de forma a prestar para a sociedade um serviço público policial de qualidade.

O projeto compreende desde o diagnóstico e levantamento da situação criminal e policial no estado do Espírito Santo até a definição de diretrizes e uniformização da atuação, bem como estreitamento de relacionamento com os órgãos policiais e conhecimento sobre o tema.

A execução do projeto é realizada pelo Centro Operacional Criminal - CACR e pelos membros do MP-ES. Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2016, destacamos:

- compartilhamento da “Coletânea de normas institucionais relativas à atuação criminal”;
- evolução quanto às inspeções das unidades policiais (98,6% das unidades policiais foram inspecionadas);
- criação da Comissão Permanente de Casos Criminais Estratégicos, iniciando uma proposta de cultura institucional que se volte para o devido empreendimento de forças institucionais para o enfrentamento dos casos criminais de atuação estratégica;
- criação do Observatório Criminal que pretende permitir um melhor monitoramento de diversas informações referentes à gestão de dados criminais, encontrando-se, atualmente, em fase de elaboração e coleta de dados.

## 3.10.2 Iniciativas Realizadas

### Evento Saúde da Mulher

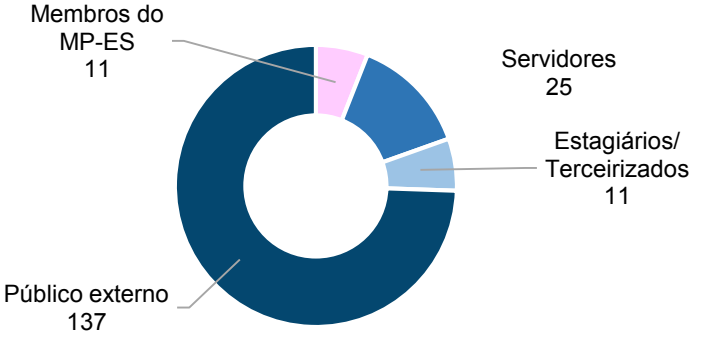
No dia 8 de março de 2016 (Dia Internacional da Mulher) foi realizado, pela equipe do NEVID em parceria com a equipe psicossocial da ArcelorMittal Tubarão, o evento Saúde da Mulher com o tema “Violência Doméstica e Familiar - Uma triste realidade! ”, tendo como público-alvo os familiares dos empregados da empresa.

O evento é fruto do Termo de Cooperação Técnica nº 017/2015 firmado entre o MP-ES e a empresa ArcellorMittal Tubarão.

### VIII Capacitação sobre a Lei Maria da Penha

O evento foi realizado na Procuradoria-Geral de Justiça, no mês de abril de 2016, e contou com a participação dos palestrantes Thiago André Pierobom de Ávila, Valéria Diez Scarance Fernandes e Sérgio Ricardo de Souza que abordaram, respectivamente, os temas Avaliação de Riscos em Violência Doméstica, Feminicídio e Violência Doméstica e Qualificadores do art. 121 do Código Penal.

**Participantes da VIII Capacitação sobre a Lei Maria da Penha**




### Projeto Movimenta&Ação: Sociedade você faz parte - Ação Sociedade em Movimento

O Projeto "Movimenta&Ação: Sociedade você faz parte" foi desenvolvido pelo NEVID visando a sensibilização, conscientização e orientação da população sobre aspectos psicossociais e jurídicos sobre a Lei Maria da Penha por meio de publicações no site do MP-ES, redes sociais da instituição e academia de ginástica informando, ainda, a data de realização da ação Sociedade em Movimento com a promoção de atividades físicas, oportunidade em que será renovada a chamada à sociedade pelo enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Foram previstas, inicialmente, a realização de 3 ações denominadas Sociedade em Movimento.
A primeira ação ocorreu em novembro de 2016, na orla da Praia da Costa, município de Vila Velha, no período da manhã, e contou com a presença de aproximadamente 60 pessoas.

Para a realização da ação foi realizada parceria com uma academia de ginástica do município de Vila Velha que divulgou a ação e as publicações veiculadas na rede social do MP-ES sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como disponibilizou professores para realização das atividades físicas.

Também foi firmado o Termo de Cooperação Mútua nº 28/2016, entre o MP-ES e a Empresa ArcelorMittal do Brasil S.A. para o fornecimento de lanche e água mineral a todos os participantes da ação.

### III Seminário sobre Sistema Penitenciário e Execução Penal

O III Seminário sobre Sistema Penitenciário e Execução Penal foi realizado em outubro de 2016 pelo Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal - GETEP em parceria com o CEAF, na Procuradoria-Geral de Justiça.

O evento teve como objetivo aprimorar a atuação ministerial na fiscalização e no acompanhamento da execução das penas privativas de liberdade e das penas restritivas de direitos a partir do conhecimento de boas práticas executadas em nível nacional, relacionando-se com o Objetivo Estratégico 16 do Mapa Estratégico MPES 2015-2025.

Foram abordadas as seguintes temáticas:

- A atuação do Ministério Público em defesa da sociedade no âmbito da execução penal, apresentada pelo Promotor de Justiça do Ministério Púbico do Estado de São Paulo, Dr Paulo José de Palma;

- Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo: avanços e desafios, apresentada pelo Secretário de Estado de Justiça do Espírito Santo, Sr. Walace Tarcísio Pontes;
- GETEP - 10 anos de atuação - o que se fez e o que pode ser feito, apresentada pelo Coordenador do GETEP, Promotor de Justiça, Dr. Cezar Augusto Ramaldes de Cunha Santos;
- Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, apresentada pelo Secretário de Estado de Direitos Humanos, Sr. Júlio Pompeu.

## 3.10.3 Parcerias Estabelecidas

### Fomento de Políticas Públicas para Mulheres

Em setembro de 2016, foi firmado entre o MP-ES, por meio do NEVID, e a Gerência de Comunicação e Imagem da ArcelorMittal Brasil S.A. o Termo de Cooperação Técnica nº 022/2016 com o objetivo de fomentar políticas públicas mediante a divulgação da Lei Maria da Penha, sendo estabelecida a realização da Campanha Laço Branco.

A campanha ocorreu na rodoviária da empresa, em dezembro de 2016, ocasião em que a equipe do NEVID e a Psicossocial da ArcelorMittal distribuíram 6.000 rosas brancas aos funcionários e colaboradores que circularam no local.

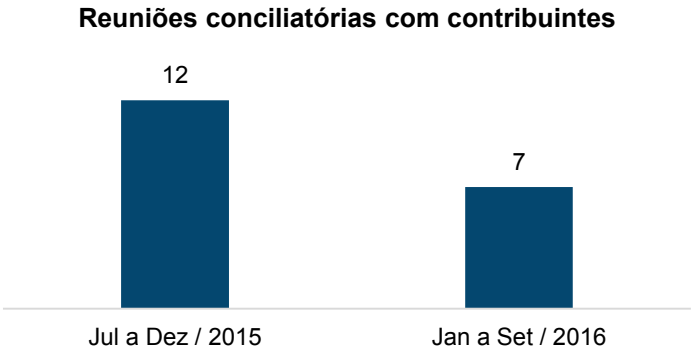
### Ficha de Avaliação de Risco para Análise de Medidas Protetivas

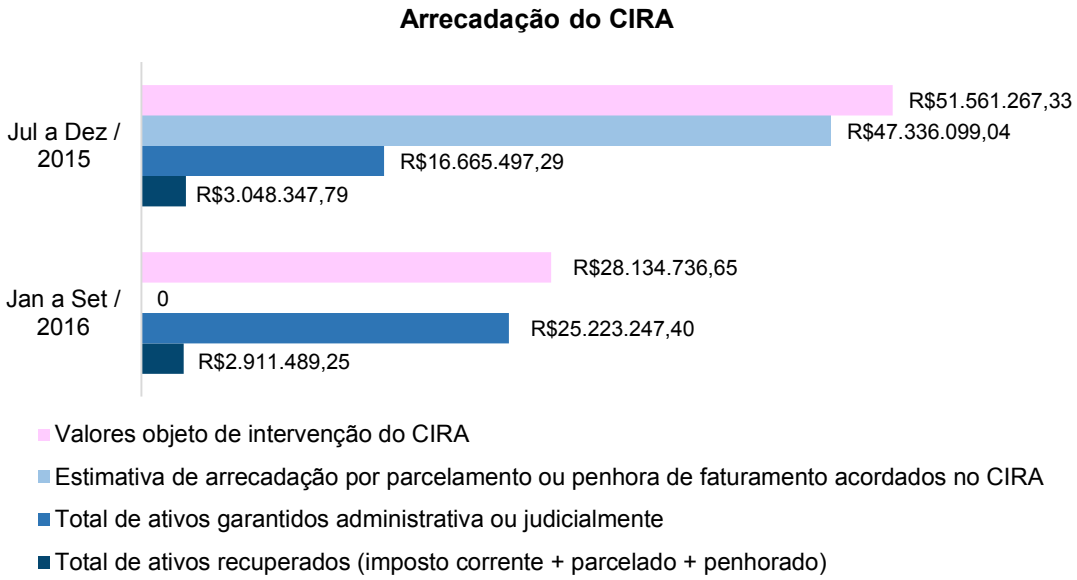
O MP-ES, por meio do NEVID, firmou, em dezembro de 2016, o Convênio de Cooperação Técnica nº 032/2016 com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo, a Chefia da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo e o Instituto Jones dos Santos Neves visando à integração e à execução de ações entre os partícipes para a elaboração de Ficha de Avaliação de Risco, cuja finalidade é estabelecer critérios objetivos para auxiliar os operadores do direito sobre a aplicação de medidas protetivas de urgência às mulheres em situação de violência doméstica.

### Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/ES)

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/ES) foi criado pela Lei Estadual nº 10.548/2016 (anteriormente regulamentado pelo Decreto Estadual nº 3.612-R/2014), com a finalidade de propor medidas judiciais e administrativas pelos órgãos e instituições públicas que o integram visando ao aprimoramento das ações e à busca da efetividade na recuperação de ativos de titularidade do estado do Espírito Santo.

O colegiado é composto por representantes do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Fazenda, Procuradoria-Geral do Estado e Polícia Civil do Estado, que intensificaram o trabalho no ano de 2016 com estudos de casos, diligências investigativas e ações conjuntas.




Entretanto, com a saída dos membros representantes da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria de Estado da Fazenda, implicando diretamente na atuação dos trabalhos desenvolvidos, as atividades do Comitê foram suspensas temporariamente.

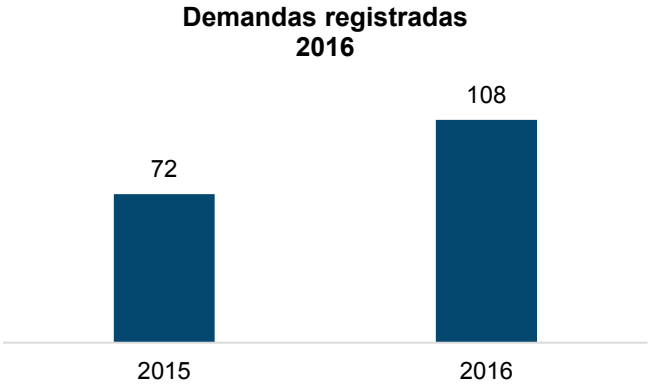
## 3.10.4 Atuações de Destaque

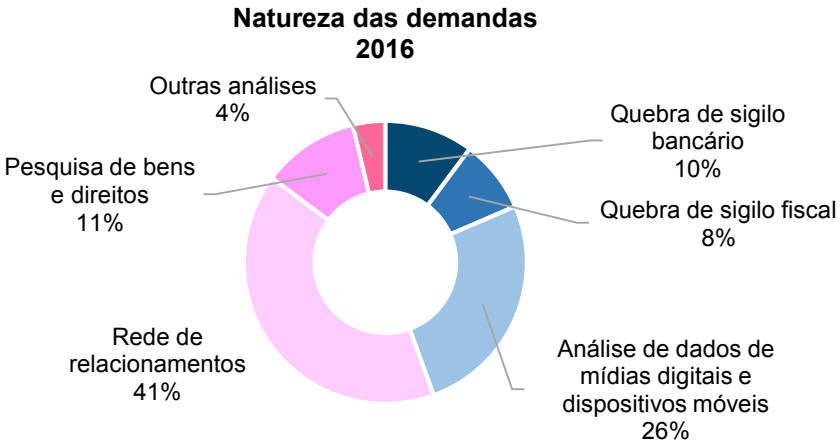
### Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro - LAB-MPES

O Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro - LAB-MPES, por meio de pessoal qualificado e de softwares e equipamentos, realiza análise de dados e elaboração de relatórios que auxiliam os membros em sua atuação em casos complexos e de impacto estadual, regional ou nacional, relacionados ao combate às organizações criminosas, corrupção, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Destaca-se que no ano de 2016, visando à otimização do serviço prestado, foram adquiridos: um software de Inteligência de Negócio que traduz dados em informações, auxiliando a tomada de decisões e equipamento para extração de dados de dispositivo móvel, bem como a ampliação da base de dados para a elaboração de relatórios por meio de convênios com demais instituições.

| Parcerias estabelecidas para ampliação de acesso a dados e informações | |
|---|---|
| **Instrumento** | **Instituições parceiras** |
| Termo de Cooperação Técnica MP nº 011/2015 | Tribunal de Contas/ES (WebCidades) |
| Termo de Cooperação Técnica MP nº 025/2015 | Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC) |
| Convênio MP nº 021/2016 | Sistema Municipal de Base de Dados (SIMBA II) |
| Acordo de Cooperação Técnica MP nº 029/2016 | Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) |



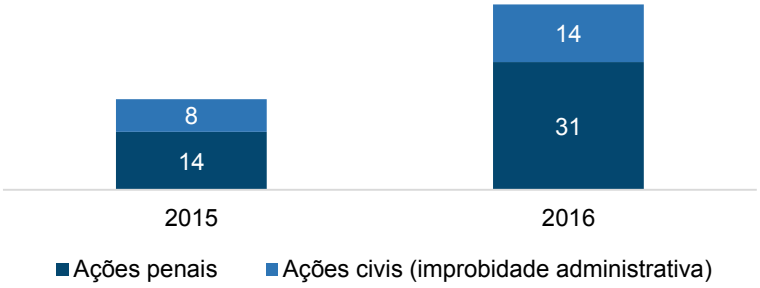

## Combate ao Crime Organizado

O MP-ES atua, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO, em todo o estado, prevenindo, identificando e reprimindo os atos praticados por quadrilhas e organizações criminosas, especialmente os que atentem contra o patrimônio e a moralidade pública, a ordem econômica e tributária, a segurança pública e aqueles que, por sua natureza, complexidade e abrangência, demandarem atuação especial.

Em 2016, as atividades foram desenvolvidas com o apoio da Assessoria Militar do MP-ES e em parceria com outras unidades da Polícia Militar/ES, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo - SEFAZ.

Em decorrência das provas produzidas durante a instrução dos Procedimentos Investigatórios Criminais - PICs e outros procedimentos instaurados pelo GAECO, bem como da análise de procedimentos oriundos de outras unidades ou instituições, foram propostas, em conjunto com os Promotores de Justiça naturais, ações penais e ações civis por atos de improbidade administrativa.

**Ações propostas**
**GAECO em conjunto com Promotores de Justiça naturais**




**Ações propostas por assunto**
**2016**

Além das operações deflagradas em anos anteriores e que continuam em andamento, em 2016, foram realizadas ou deflagradas 7 operações em que foram propostas ações penais e ações civis por atos de improbidade ou ainda estão em fase de análise.

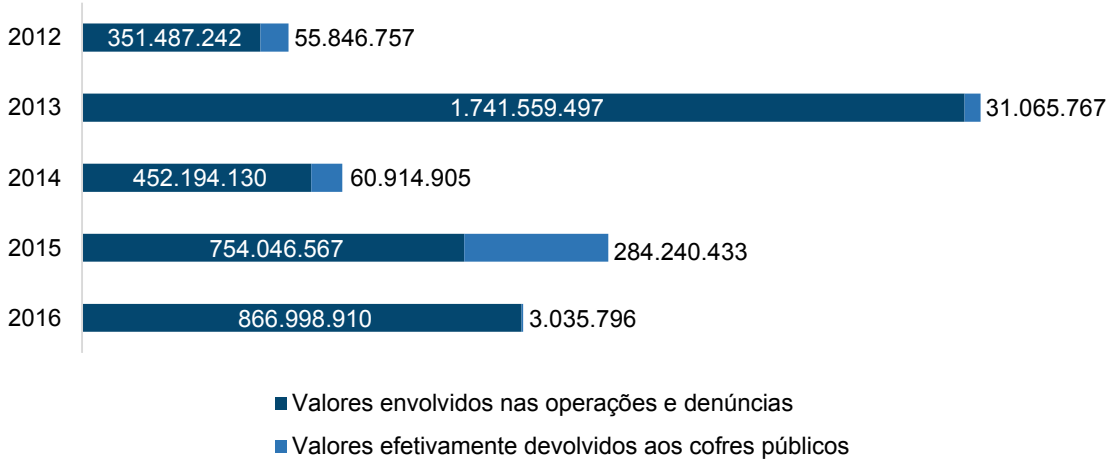
| Operações Deflagradas 2016 | | | |
|---|---|---|---|
| **Operação** | **Assunto** | **Medidas propostas** | **Observações** |
| FÓRCEPS | Constrangimento ilegal, ameaça, associação criminosa e crime contra a ordem econômica supostamente praticados por médicos ginecologistas e obstetras do estado do Espírito Santo. | Interceptação telefônica, busca e apreensão e condução coercitiva. | Equipamentos e materiais apreendidos estão sob análise. |
| ÂMBAR II | Crimes contra a ordem tributária, falsidade ideológica, associação criminosa e correlatos supostamente praticados por falsários e empresários do setor de rochas ornamentais do estado do Espírito Santo. | interceptação telefônica e telemática, busca e apreensão, prisão temporária e condução coercitiva. | 5 pessoas detidas, equipamentos e materiais apreendidos estão sob análise. |
| OLÍSIPO II | Crimes Contra a Administração Pública, com o objetivo de desarticular e colher provas relativas à atuação de organização criminosa no município de Itapemirim e de apuração de irregularidades em licitações no município de Ibitirama. | Busca e apreensão, afastamento funcional, condução coercitiva, quebra de sigilo bancário. | 7 pessoas detidas. |
| CARTA MARCADA | Apurar a existência de organização criminosa sediada no município de São Gabriel da Palha, e com ramificações por outros municípios do ES e de outros estados, notadamente Minas Gerais, com integrantes inseridos em órgãos públicos, e responsáveis pela prática reiterada de crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, entre outros. Foram apuradas suspeitas de fraudes na emissão de Carteira Nacional de Habilitação. | Busca e apreensão domiciliar, profissional e pessoal e condução coercitiva. | Em andamento. |
| JAMMER | Roubos de veículos e cargas nos municípios de Cariacica e Serra. | Busca e Apreensão, prisão e interceptação telefônica. | 37 pessoas detidas; foram apreendidos: 19 veículos, cargas e produtos no valor aproximado de R$ 2.000.000,00, além de cargas de leite, tecidos e café. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| FORÇA CENTRAL | Tráfico, associação para o tráfico, comércio e porte/posse ilegal de armas de fogo e associação criminosa. | Busca e apreensão, prisão em flagrante. | 14 pessoas detidas; foram apreendidas: 03 armas, 28 munições, maconha, cocaína, além de crack. |
| ORIGEM | Prisão em flagrante. | Tráfico, associação para o tráfico, comércio e porte/posse ilegal de armas de fogo e associação criminosa. | 1 pessoa detida. A operação está em andamento. |

As operações mencionadas demonstram que a atuação do MP-ES, por meio do GAECO, além de figurar no importante e produtivo papel no combate aos crimes contra a ordem tributária e na recuperação de créditos, tem contribuído de forma incisiva para a segurança pública e melhora dos índices da criminalidade no estado, haja vista os resultados positivos alcançados com a apreensão de drogas e armas, além das diversas prisões efetuadas.

No que tange ao combate à sonegação e à lavagem de dinheiro, em 2016, o valor final contabilizado em denúncias oferecidas totalizou R$ 866.998.909,69.

**Valores relacionados às operações (em R$)**



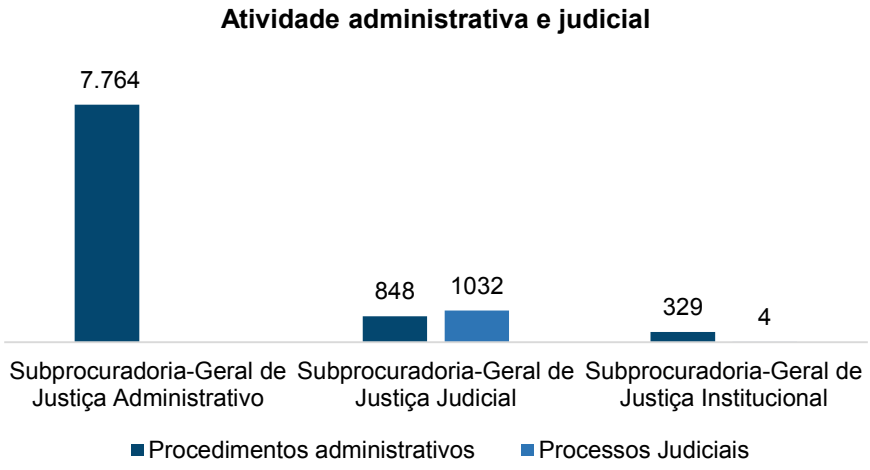
## 3.11 Atuação em números

### 3.11.1 Dados estatísticos do Segundo Grau

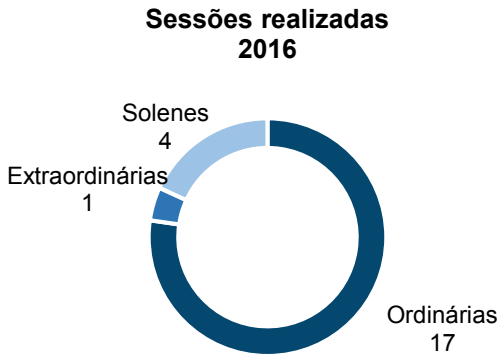
#### Procurador-Geral de Justiça

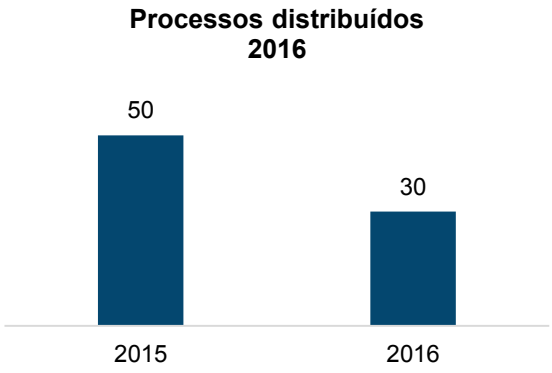
| Atividades do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça | |
|---|---|
| **Espécie** | **Quantidade** |
| Procedimentos administrativos recebidos | 10.950 |
| Processos judiciais recebidos | 582 |
| Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas | 25 |

#### Subprocuradorias-Gerais de Justiça

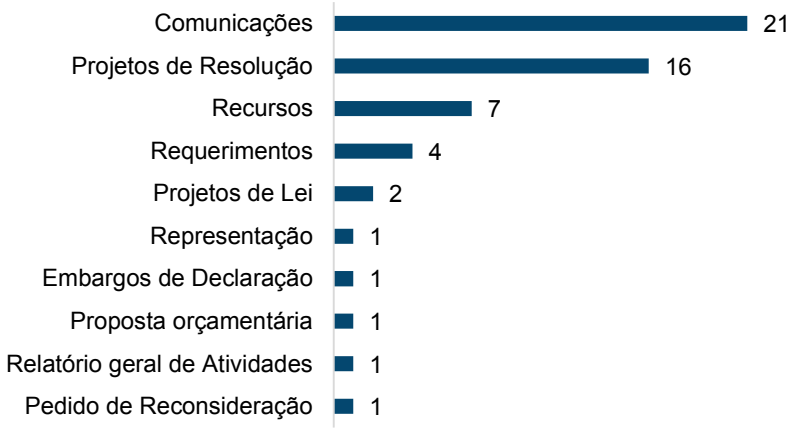



#### Colégio de Procuradores de Justiça



**Procedimentos apreciados**
**2016**

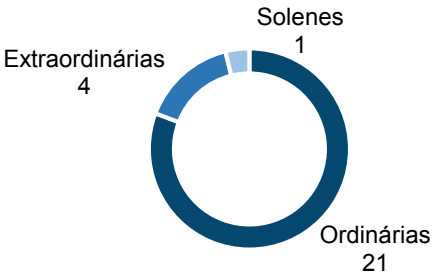



## Conselho Superior do Ministério Público

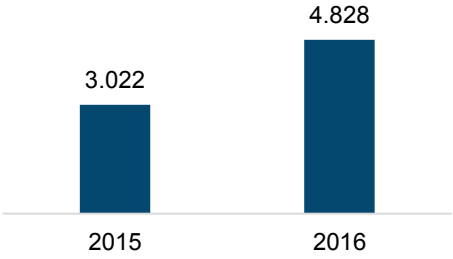
| Composição do Conselho Superior do Ministério Público | |
|---|---|
| **Conselheiros** | **Mandato** |
| Elda Márcia Moraes Spedo* | 2016/2018 |
| José Cláudio Rodrigues Pimenta | 2016/2018 |
| Eder Pontes da Silva | 2016/2017 |
| Heloisa Malta Carpi | 2016/2017 |
| Gustavo Modenesi Martins da Cunha | 2016/2017 |
| Celia Lucia Vaz de Araújo | 2016/2017 |
| José Maria Rodrigues de Oliveira Filho | 2016/2017 |

*Presidente

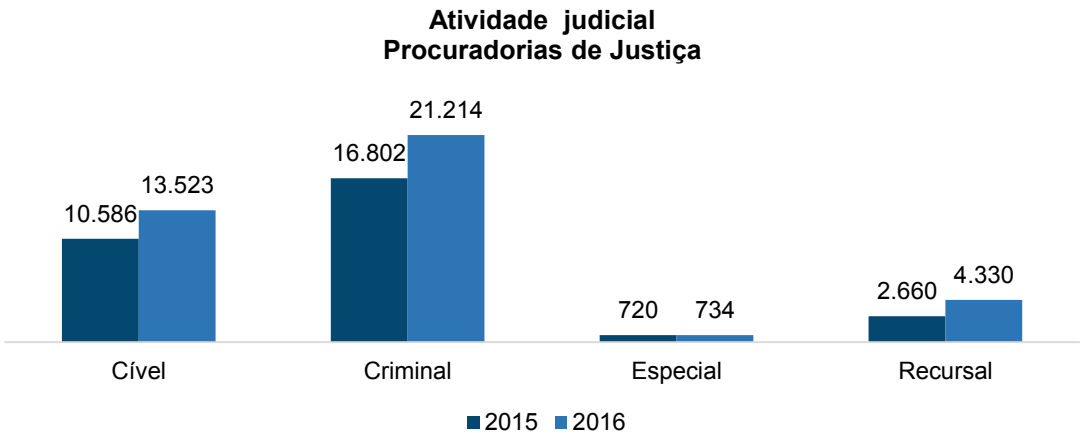
**Sessões realizadas**
**2016**

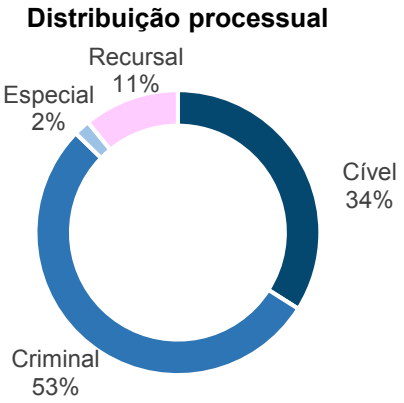


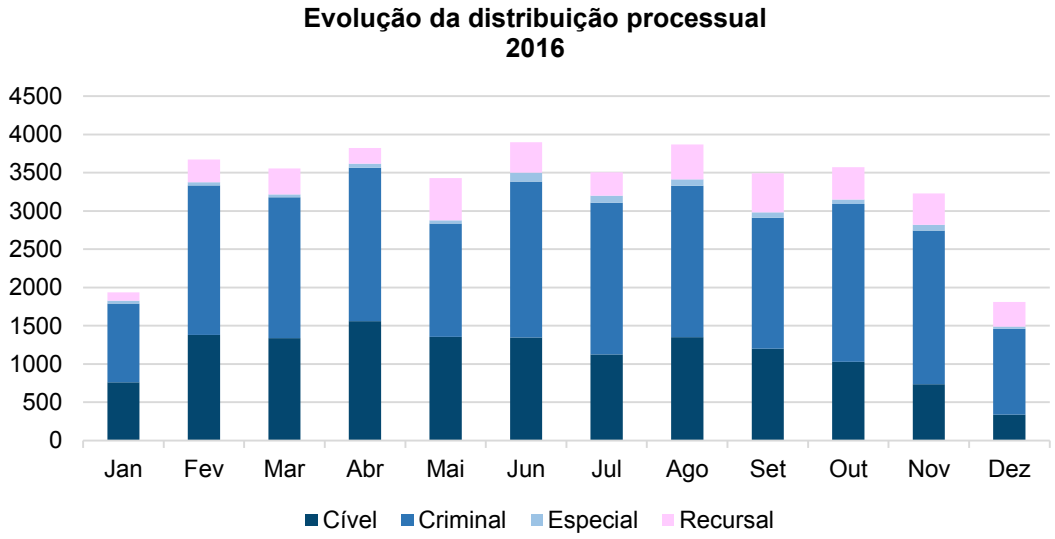

**Processos distribuídos**
**2016**



## Procuradorias de Justiça

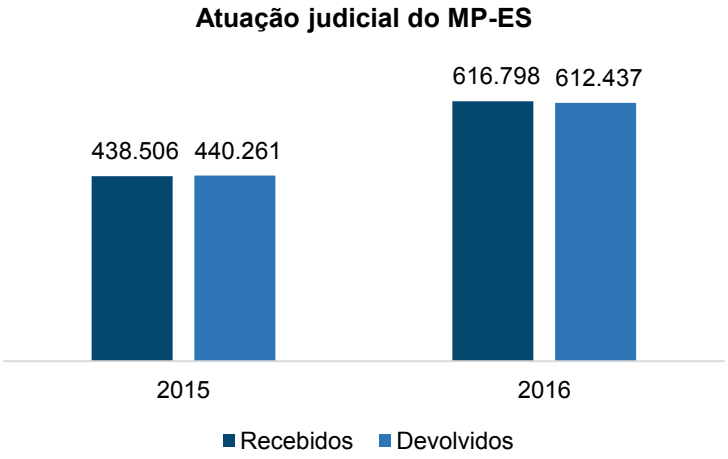


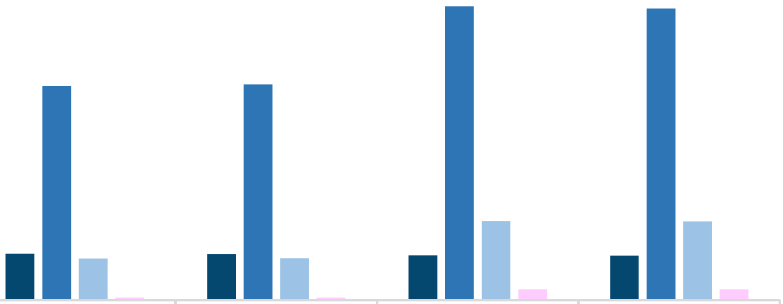



## 3.11.2 Dados estatísticos do Primeiro Grau

### Atuação Judicial

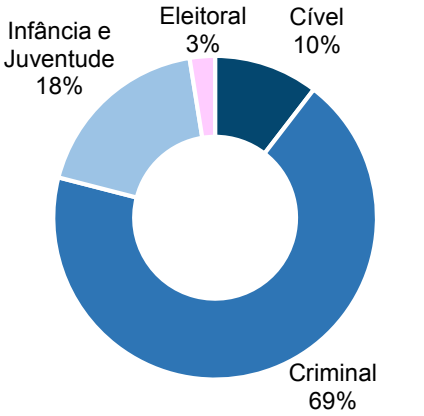


**Detalhamento da atuação judicial do MP-ES**



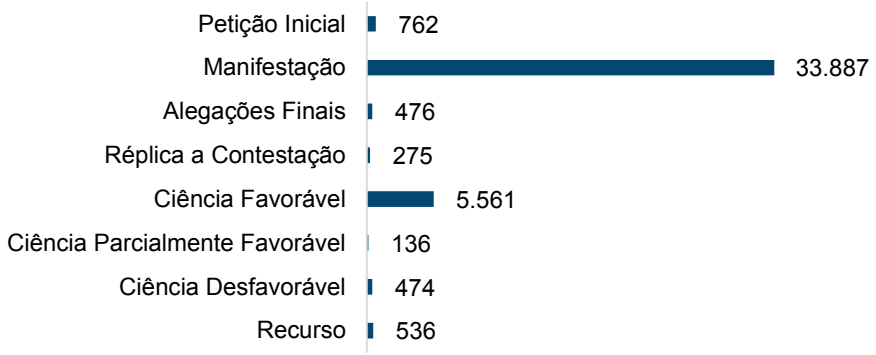
| | 2015 | | 2016 | |
|---|---|---|---|---|
| | Recebidos | Devolvidos | Recebidos | Devolvidos |
| Cível | 66.635 | 66.241 | 64.386 | 63.689 |
| Criminal | 308.459 | 310.477 | 422.941 | 419.785 |
| Infância e Juventude | 59.907 | 60.097 | 113.856 | 113.393 |
| Eleitoral | 3.505 | 3.446 | 15.615 | 15.570 |

**Detalhamento dos recebimentos 2016**



**Recebimentos em matéria cível**

**Movimentação em matéria cível**

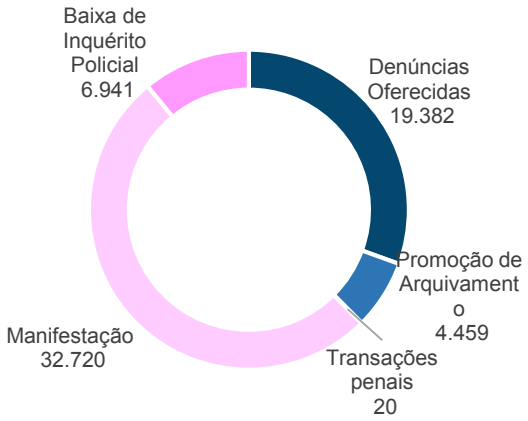



| Atuação do MP-ES em matéria criminal | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Situação** | **Inquérito Policial** | **Termo Circunstanciado** | **Processo** | **Execução Penal** |
| Recebido | 87.139 | 77.100 | 183.339 | 75.363 |
| Devolvido | 86.831 | 76.747 | 182.153 | 74.054 |

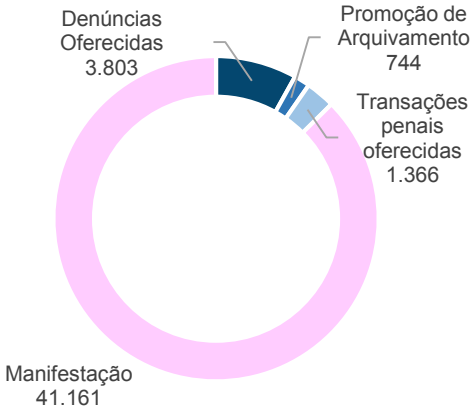
| Recebimentos em matéria criminal 2016 | | | |
|---|---|---|---|
| **Crimes** | **Inquérito Policial** | **Termo Circunstanciado** | **Processo** |
| Crime/contravenção decorrente de conflito fundiário coletivo | 1 | 4 | 1 |
| Crimes Agrários | - | 4 | 7 |
| Crimes Contra a Administração da Justiça | 489 | 806 | 858 |
| Crimes contra a Administração Pública | 1.560 | 8.195 | 4.051 |
| Crimes contra a Dignidade Sexual | 2.961 | 596 | 5.075 |
| Crimes contra a Economia Popular | 23 | 34 | 45 |
| Crimes contra a Fé Pública | 1.585 | 559 | 2.938 |
| Crimes contra a Honra | 1.043 | 5.310 | 2.313 |
| Crimes contra a Incolumidade Pública | 369 | 1.357 | 692 |
| Crimes contra a Ordem Econômica | 105 | 12 | 347 |
| Crimes contra a Ordem Tributária | 337 | 44 | 540 |
| Crimes contra a Organização do Trabalho | 12 | 24 | 16 |
| Crimes contra a Paz Pública | 212 | 48 | 862 |
| Crimes contra a Propriedade Intelectual | 215 | 18 | 714 |
| Crimes contra a vida | 11.264 | - | 22.877 |
| Crimes Contra as Finanças Públicas | 14 | 3 | 25 |
| Crimes contra as Relações de Consumo | 268 | 152 | 380 |
| Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético | 1.125 | 7.267 | 5.182 |
| Crimes contra o Patrimônio | 17.083 | 3.188 | 36.069 |
| Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional | 22 | 1 | 15 |
| Crimes Contra a Liberdade Pessoal | 7.135 | 14.151 | 10.686 |
| Crimes contra portadores de deficiência | 9 | 1 | 49 |
| Crimes da Lei de licitações | 59 | 8 | 169 |
| Crimes de Abuso de Autoridade | 63 | 154 | 25 |
| Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores | 36 | 1 | 96 |
| Crimes de Responsabilidade | 20 | 33 | 90 |
| Crimes de Tortura | 224 | 25 | 227 |
| Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas | 5.762 | 14.730 | 26.845 |
| Crimes de Trânsito | 5.234 | 9.606 | 12.503 |
| Crimes do Sistema Nacional de Armas | 3.659 | 115 | 13.290 |
| Crimes Eleitorais | 256 | 55 | 485 |
| Crimes Falimentares | 1 | - | 29 |
| Crimes Militares | 803 | 451 | 2.372 |
| Crimes praticados contra os índios e a cultura indígena | 2 | - | - |
| Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente | 645 | 215 | 2.651 |
| Crimes Previstos no Estatuto do Idoso | 146 | 70 | 139 |
| Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor | 14 | 4 | 2 |
| Lesão Corporal | 8.006 | 9.150 | 14.334 |
| Parcelamento do solo urbano | 37 | 2 | 78 |
| Violência Doméstica Contra a Mulher | 16.340 | 707 | 16.262 |
| Demais Assuntos | 70.799 | 68.791 | 141.556 |

| Recebimentos em matéria criminal - Execução Penal 2016 | |
|---|---|
| Anistia | - |
| Comutação de Pena | 3 |
| Conversão de Pena | 9 |
| Execução da Pena | 70.923 |
| Execução Provisória | 1.161 |
| Execução de Medida de Segurança | 12 |
| Excesso ou Desvio | - |
| Indulto | - |
| Superveniência de doença mental | 28 |
| Transferência entre estabelecimentos penais | 3 |
| Unificação de penas | 3.224 |

**Movimentação em matéria criminal -Inquérito Policial**

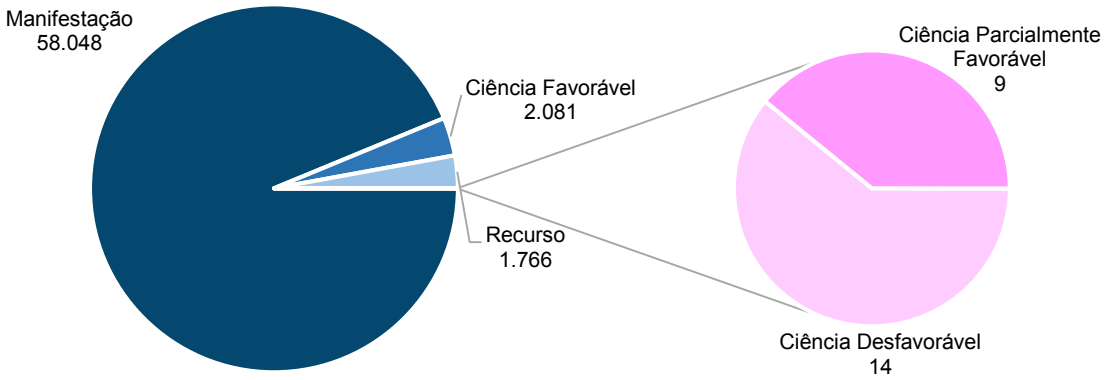



**Movimentação em matéria criminal -Termo Circunstanciado**

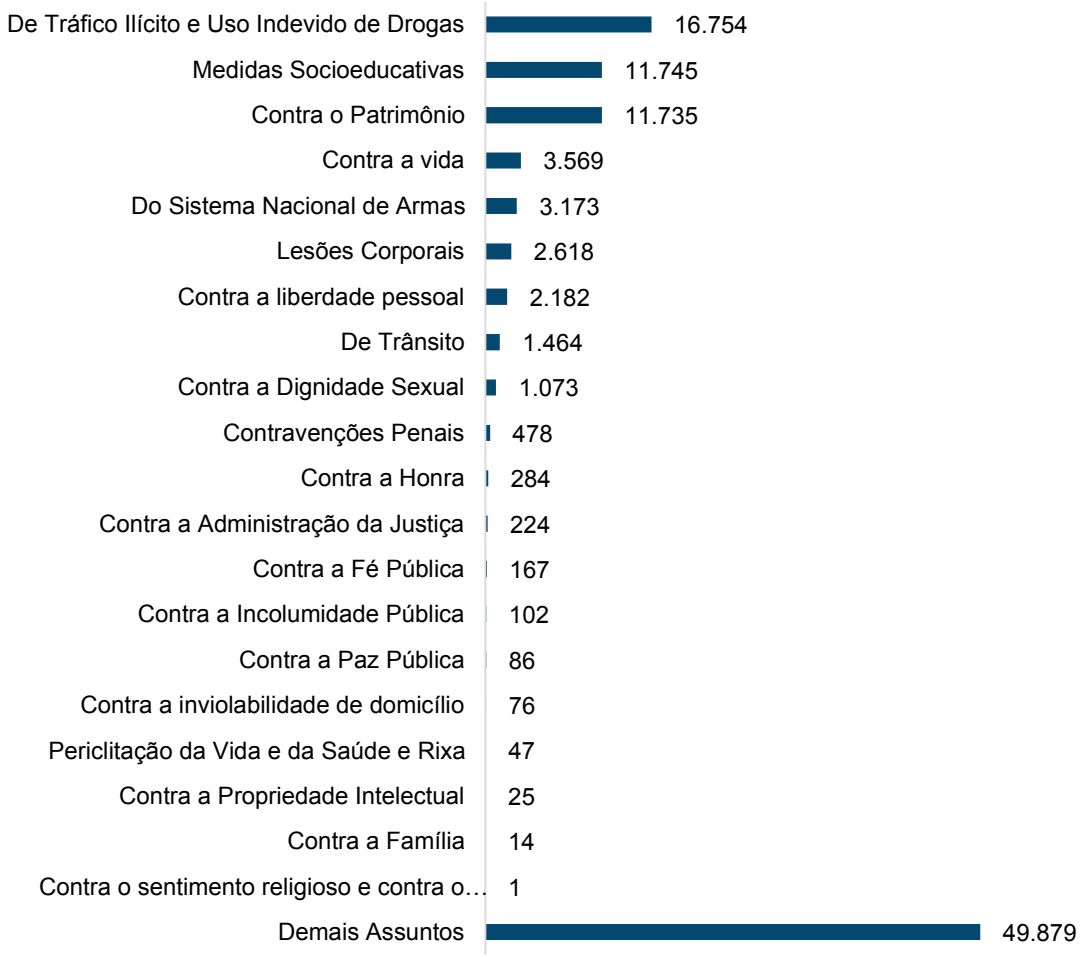



| Movimentação em matéria criminal Processos | |
|---|---|
| Manifestação | 80.094 |
| Alegações Finais | 12.086 |
| Requerimento de Medida Protetiva | 3 |
| Proposta de Suspensão Condicional do Processo | 81 |
| Ciência Favorável | 13.032 |
| Ciência Parcialmente Favorável | 1.631 |
| Ciência Desfavorável | 1.105 |
| Recurso | 7.761 |

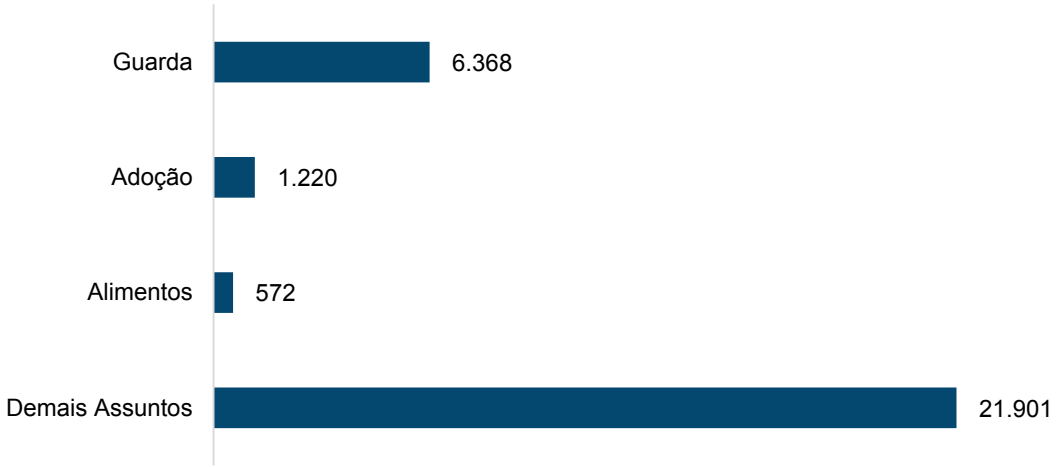
**Movimentação em matéria criminal**
**Execução Penal**



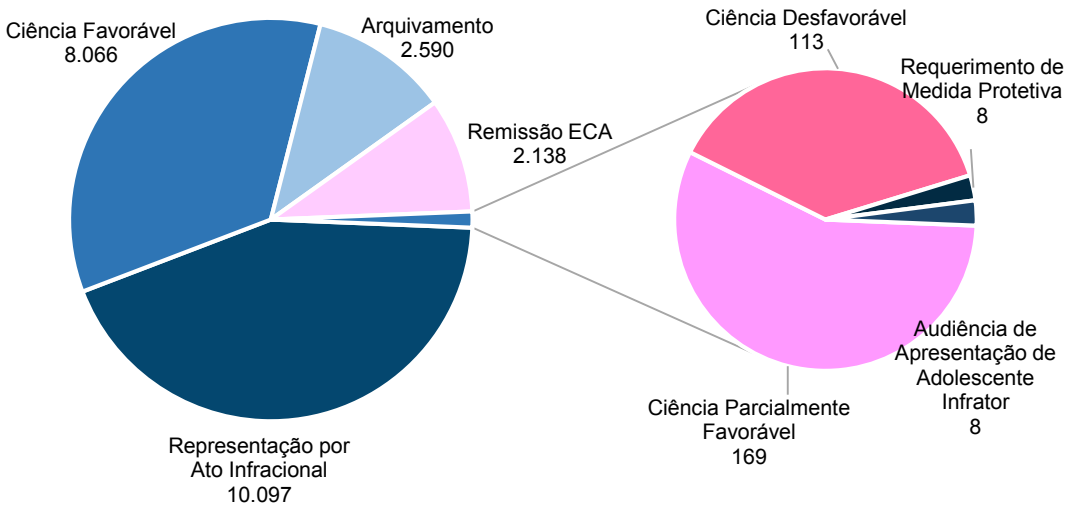

**Recebimentos em matéria da infância e juventude Ato Infracional**



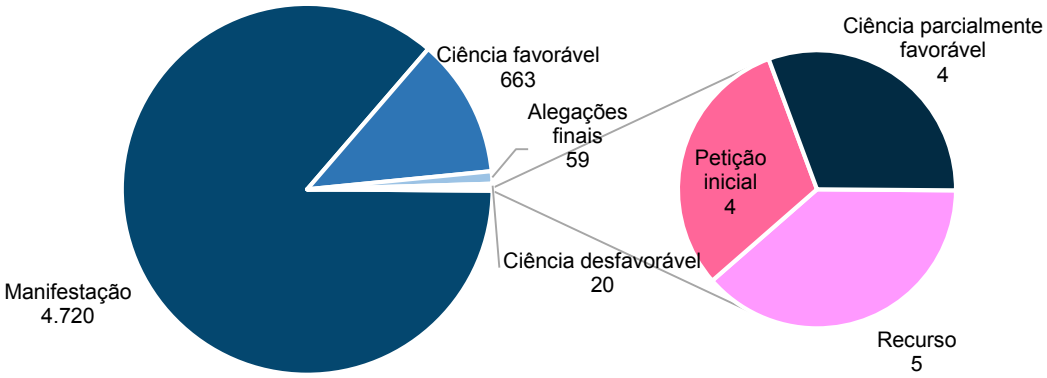
**Recebimentos em matéria da infância e juventude Seção Cível**



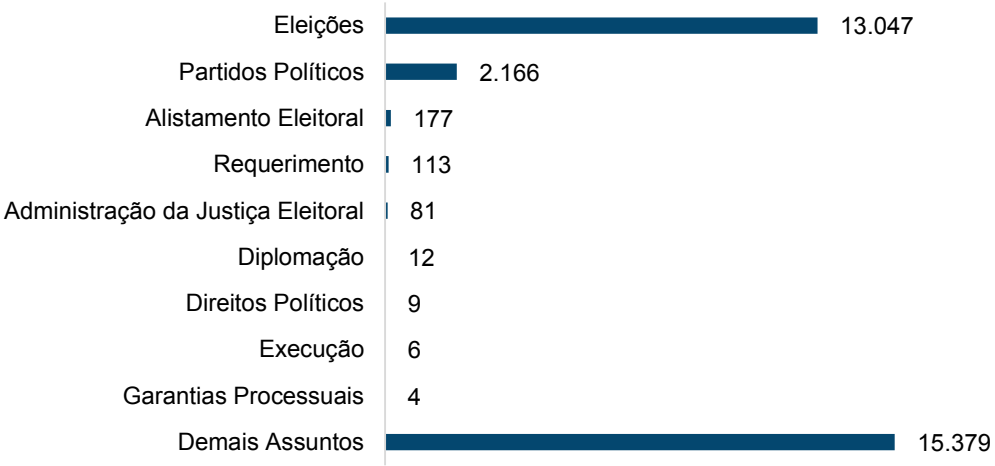

**Movimentação em matéria da infância e juventude**
**Ato Infracional**



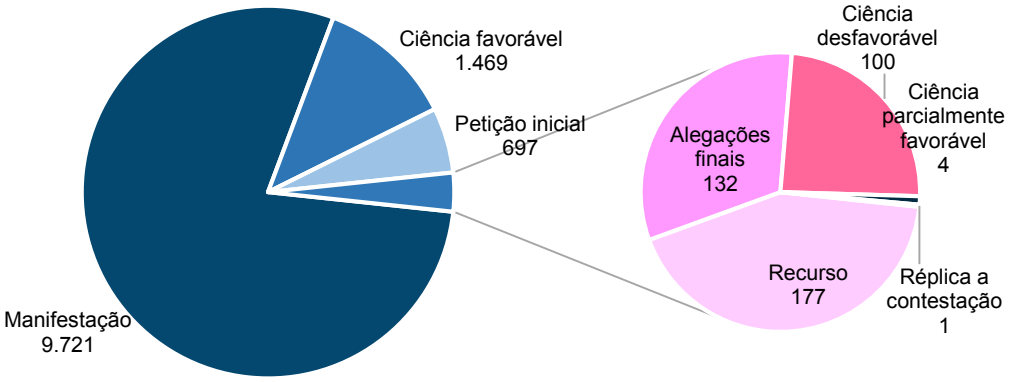
**Movimentação em matéria da infância e juventude**
**Seção Cível**



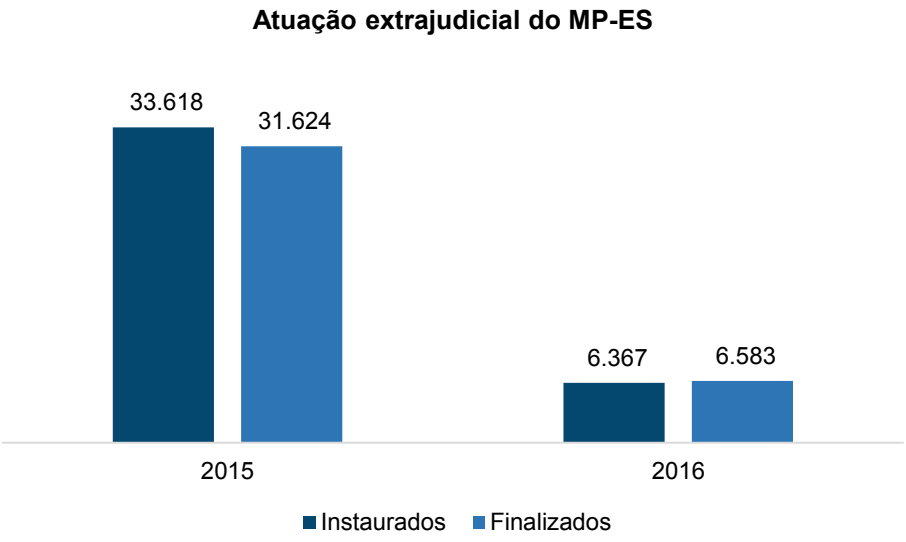

**Recebimentos em matéria eleitoral**

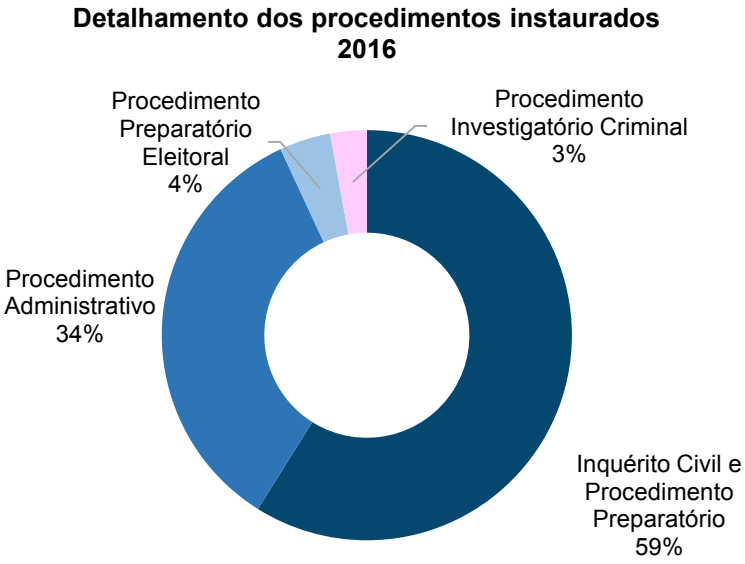



**Movimentação em matéria eleitoral**

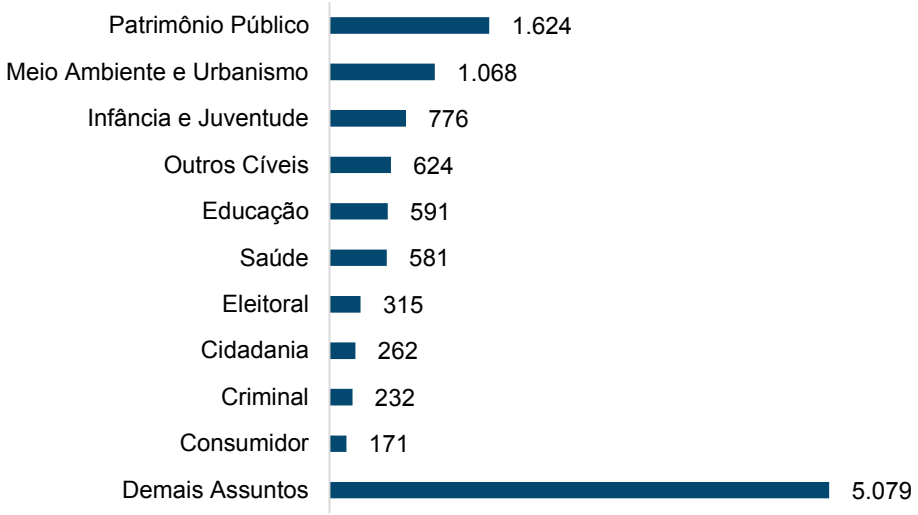


## Atuação extrajudicial

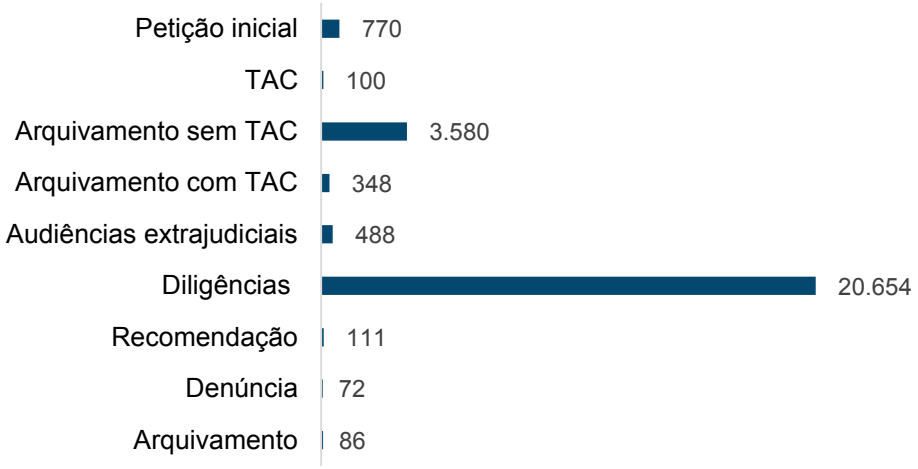


**Procedimentos extrajudiciais instaurados por área de atuação**




**Detalhamento da movimentação - extrajudicial**



## 3.12 Monitoramento da atuação

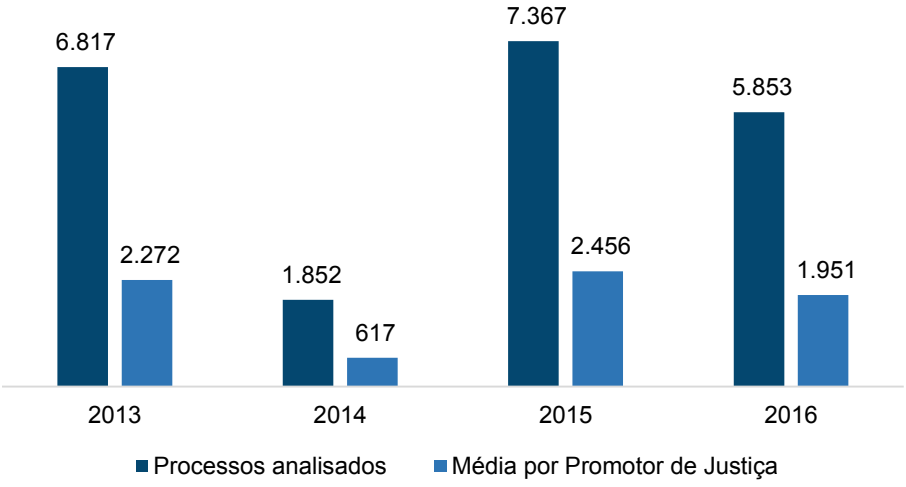
### Corregedoria-Geral do Ministério Público

Na parte administrativa, a Corregedoria-Geral de Justiça destacou as seguintes informações sobre as atividades de 2016:

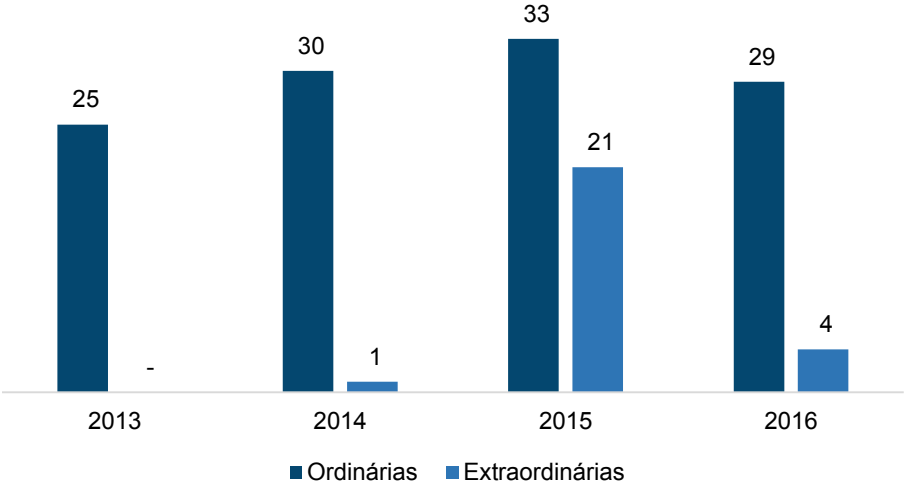
| | |
|---|---|
| 717 expedientes administrativos recebidos<br>• 119 em tramitação<br>• 335 expedientes e 227 procedimentos arquivados | Foram instauradas 3 sindicâncias, sendo:<br>• 1 arquivada<br>• 2 culminaram na abertura de Processos Administrativos Disciplinares |
| 11 Processos Administrativos Disciplinares foram instalados, sendo:<br>• 2 arquivados<br>• 2 em grau de recurso<br>• 3 encaminhados à PGJ<br>• 4 em andamento | Cerca de 43 orientações expedidas, sendo:<br>• 24 aos Promotores de Justiça<br>• 21 decorrentes de consultas |
| 21 consultas realizadas pelos membros | 1.161 ofícios expedidos, sendo 16 circulares |
| 109 certidões, sendo 87 destinadas aos Promotores de Justiça com atribuição eleitoral | 55 termos de depoimentos (oitivas) |
| 43 fichas de conceito<br>• 34 Ótimos<br>• 7 Bons<br>• 1 Regular<br>• 1 Insuficiente | 01 Promotor de Justiça encontra-se em estágio probatório, com a conclusão do vitaliciamento em 2017. |

A Assessoria Jurídica analisou 5.853 processos, o que dá uma média de 1.951 processos por Promotor de Justiça. Abaixo, uma séria histórica desses números.

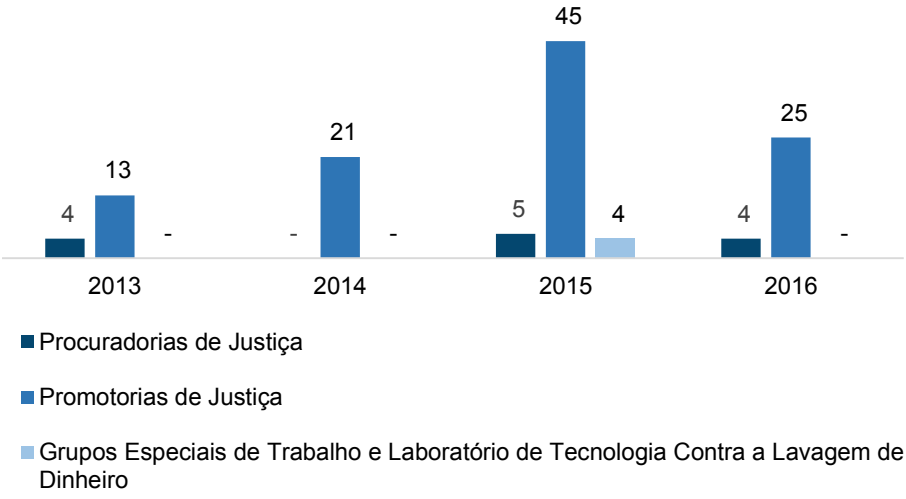
**Número de processos analisados - Assessoria Jurídica**




**Número de inspeções**




**Inspeção dos órgãos de execução**



# 4. Gestão Administrativa

## 4.1 Gestão de Pessoas

**Objetivo Estratégico 22**
Assegurar quadro funcional preparado de acordo com as competências necessárias à atividade institucional.

**Objetivo Estratégico 23**
Promover um bom ambiente de trabalho e orientado para resultados.

A gestão de pessoas tem assumido posição de destaque nos diversos segmentos organizacionais. No cenário nacional, especialmente nos últimos anos, esse tema tem entrado na pauta dos gestores públicos. Em razão das especificidades que moldam a administração pública brasileira, os desafios gerenciais que alcançam elementos de cultura, mudanças de perfis de equipes e líderes, expectativas, entre outros aspectos, vêm impondo um profundo repensar das práticas de gestão.

Além disso, as exigências crescentes da sociedade pela eficácia e efetividade do serviço público pedem um modelo de governança orientado para o alcance de resultados. Assim, o MP-ES, por meio da sua Coordenação de Recursos Humanos, está desenvolvendo alguns projetos alinhados ao Planejamento Estratégico da instituição.

### 4.1.1 Projetos Estratégicos

**Desenvolvimento de Competências**

Gestão por Competência

O projeto, desenvolvido em parceria com o CEAF, tem por objetivo a identificação das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) esperadas pelos integrantes do MP-ES, o mapeamento das competências nos recursos humanos da instituição e a detecção das lacunas entre o esperado e o disponível. De posse desse conhecimento, será possível alinhar melhor as expectativas, orientar as capacitações, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

No decorrer do ano de 2016, por meio da Portaria nº 6.808, de 22/08/2016, publicada no DOE de 23/08/2016, foi aprovado o Regimento Interno do Grupo de Trabalho responsável pela implantação do projeto de Gestão por Competência no âmbito do MP-ES.

Nos dias 25 e 26 de agosto houve a capacitação dos integrantes do Grupo de Trabalho ministrada pela professora da Universidade de Brasília - UNB, cedida temporariamente para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, Dra. Maria Júlia Pantoja de Britto, que abordou os seguintes pontos: métodos e técnicas para o mapeamento das competências comuns; análise documental como técnica para o mapeamento de competências; etapas para a realização da análise de conteúdo dos documentos selecionados; identificação dos documentos; elaboração do corpus inicial, análise, categorização e interpretação dos dados identificados e identificação das grandes categorias preliminares de competências comuns. Na ocasião, aconteceu também o evento de lançamento do projeto com uma palestra a membros e servidores do MP-ES sobre o tema.

O projeto encontra-se na fase de divulgação das competências genéricas (Integração, Orientação para resultado, Desenvolvimento contínuo, Atendimento ao público e Visão sistêmica) para toda instituição. Posteriormente, o Grupo de trabalho verificará as lacunas existentes nas competências comuns e elaborará proposta para a estruturação e o desenvolvimento de Planos de Capacitação e Metodologia de Seleção, bem como iniciará os detalhamentos das demais competências específicas e gerenciais.

### Plano de Cargos e Salários – PCS – para servidores

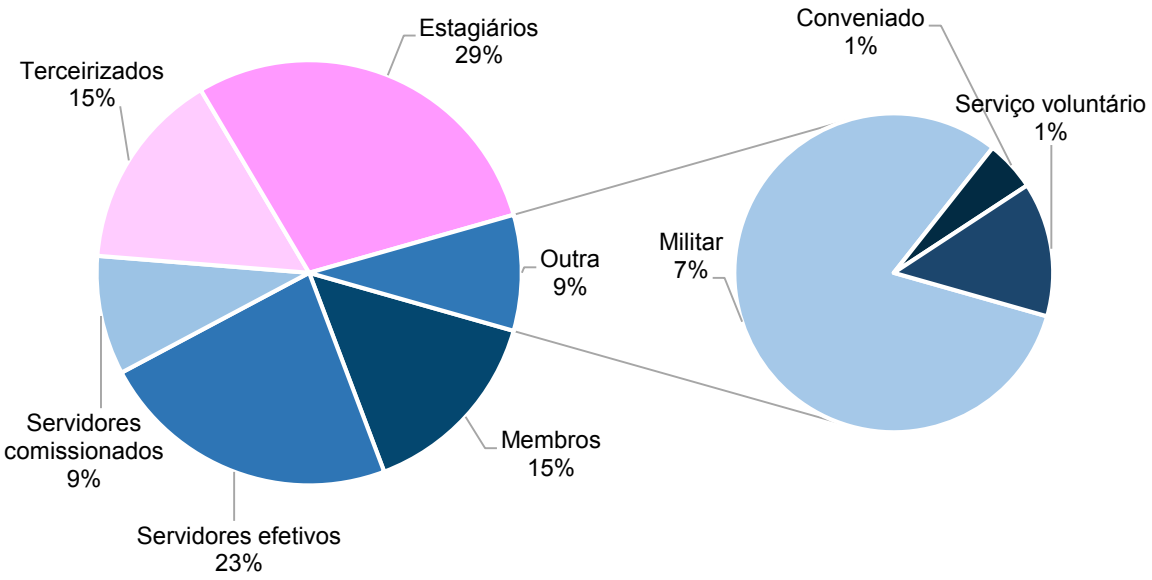
O objetivo desse projeto é atualizar e aprimorar o plano de cargos e salários dos servidores, a fim de valorizar o profissional, bem como buscar a sua permanência e fidelidade para com a instituição resultando em maior eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados.

No ano de 2016, o Grupo de Trabalho responsável pela Implantação do projeto, instituído pela Portaria nº 1.450/2016, publicada no DOE de 23/02/2016, encaminhou proposta à Administração Superior para análise.

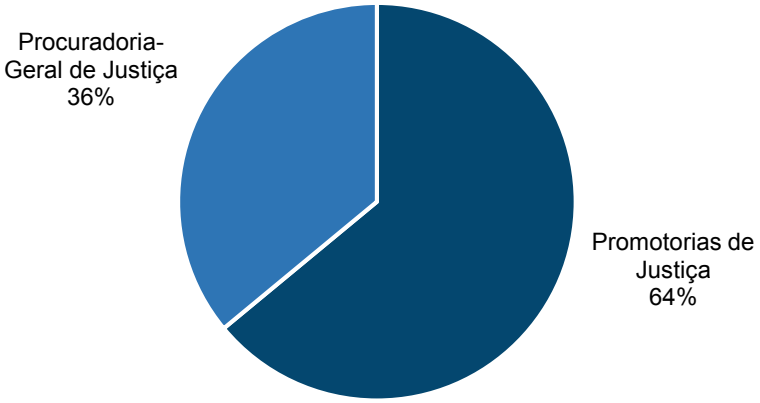
## 4.1.2 Dados Estatísticos de Recursos Humanos

O quadro de pessoal ativo (membros, servidores, estagiários, terceirizados, militares à disposição, servidores cedidos por convênio e prestadores de serviço voluntário) do MP-ES totalizou, em 2016, 1.999 pessoas em atividade na Procuradora-Geral de Justiça e nas Promotorias de Justiça. Esse número é 0,6% inferior ao ano de 2015.

**Composição do quadro de pessoal - ativos**
**2016**

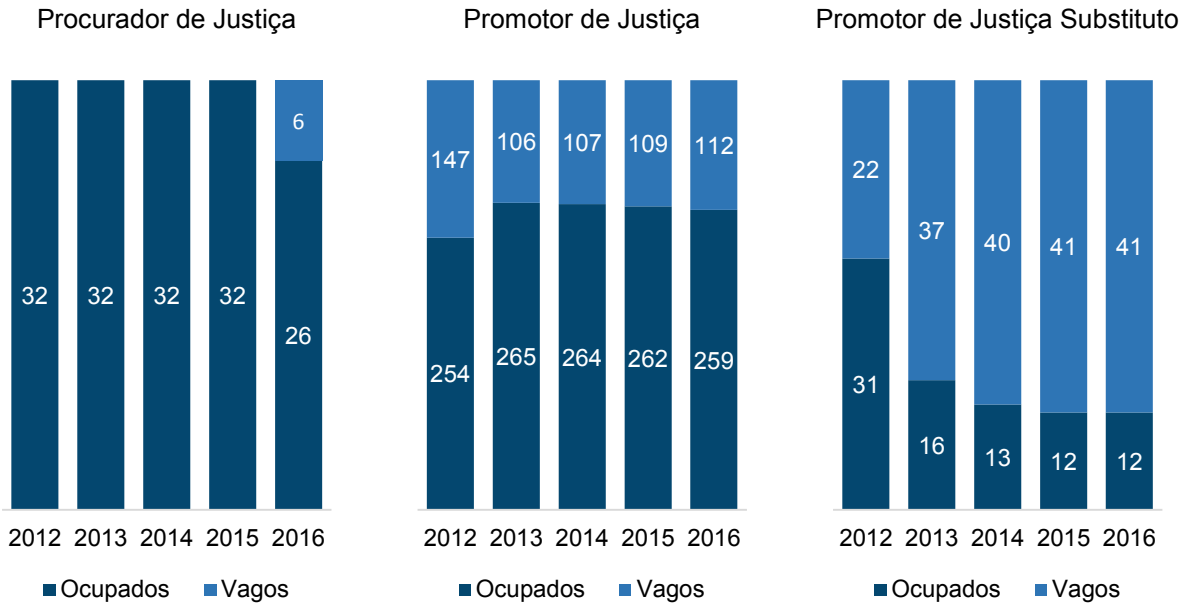



**Distribuição do quadro de pessoal**




O quadro de membros de 2016, do total de 456 cargos, apresenta 159 cargos vagos (34,9%). A maior defasagem é para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, com 77,4% de cargos vagos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

**Evolução do quadro de membros do MP-ES**




No que tange aos cargos do quadro administrativo, 8,9% de suas vagas, em um total de 45, encontram-se em aberto. Isso representa uma redução em relação ao ano de 2015, quando a defasagem total era de 10,5% com 53 cargos vagos.

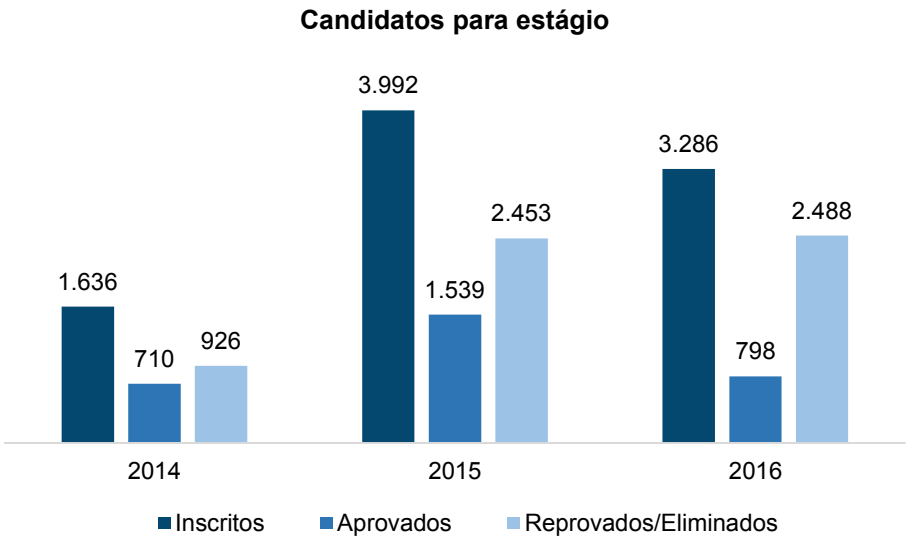
| Quadro de cargos administrativos do MP-ES 2016 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Cargo** | **Função** | **Ocupado** | **Vago** | **Total** |
| Agente de Serviços (quadro suplementar) | Administrativo | 7 | 0 | 7 |
| Agente de Apoio | Administrativo | 284 | 36 | 320 |
| | Informática | 13 | 0 | 13 |
| Agente Técnico | Todas | 62 | 4 | 66 |
| Agente de Promotoria | Secretaria | 10 | 0 | 10 |
| | Assessoria | 78 | 0 | 78 |
| Agente Especializado | Todas | 5 | 5 | 10 |
| **Total** | | **459** | **45** | **504** |

O concurso público homologado em março de 2014, com prazo de validade vigente, foi prorrogado por 02 anos a partir de 25/03/2016, conforme Portaria nº 992, publicada no DOE de 04/02/2016, para preenchimento dos cargos vagos de provimento efetivo do grupo ocupacional administrativo, que tem por objetivo suprir as vacâncias decorrentes de aposentadorias e de exonerações a pedido, bem como

contemplar as necessidades de pessoal decorrentes do crescimento da instituição e da ampliação de sua atuação junto à sociedade.

Vale constar ainda que 76 servidores passaram pelo processo de promoção funcional em 2016. Além disso, foram analisados 719 processos que tratam de avaliação de desempenho, conferência de cálculo sobre afastamentos que interrompem o estágio probatório, conferência de instrumentos com resultados do processo de estágio probatório, análise de recursos interpostos por servidores e os processos de promoção. Trata-se de um acréscimo de 6,2% em relação ao ano de 2015, em que foram analisados 677 processos.

Em relação à seleção para estagiário, o gráfico abaixo apresenta a evolução dos números nos últimos anos.



## 4.2 Capacitação e treinamento

### 4.2.1 Iniciativas de destaque

#### Projeto Praxis-MP

É recorrente o enfrentamento de questões semelhantes ou, ainda, idênticas, por Promotores de Justiça com atuação em unidades ministeriais distintas, o que demanda duplicidade de esforços e dispêndio desnecessário de tempo em busca de estratégias de abordagem de problemas que já contam com hipóteses de solução levados ao crivo da experiência. A racionalização da atividade ministerial impõe a valorização do intercâmbio de informações pertinentes às questões comuns.

O Projeto Praxis-MP busca, por meio de encontros regulares entre Promotores e Procuradores de Justiça, aprimorar a prática jurídica com o compartilhamento de experiências à luz da reflexão teórica.

Foram realizados cinco encontros mensais entre julho e novembro de 2016, nos quais foram debatidos os temas: Recurso Especial e Extraordinário - Prequestionamento; Continuação: Recurso Especial e Extraordinário - Prequestionamento; Aplicação da Teoria do Domínio do Fato nos Crimes Societários; Atuação do Ministério Público e a Política Municipal do Meio Ambiente; O papel do Ministério Público no controle de políticas públicas.

#### Projeto Regionalizando

PROJETO
REGIONALIZANDO

Além da sede, o Ministério Público Estadual possui 69 Promotorias de Justiça localizadas nos diversos municípios do estado. Algumas estão a uma considerável distância da capital.

A modernização administrativa, tão perseguida pela Administração Superior, muitas vezes não consegue alcançar plenamente as unidades mais distantes da sede. Por outro lado, as informações e as necessidades locais de cada Promotoria de Justiça podem não chegar ao conhecimento do centro, o que gera uma sensação de distanciamento dos membros, servidores e demais colaboradores.

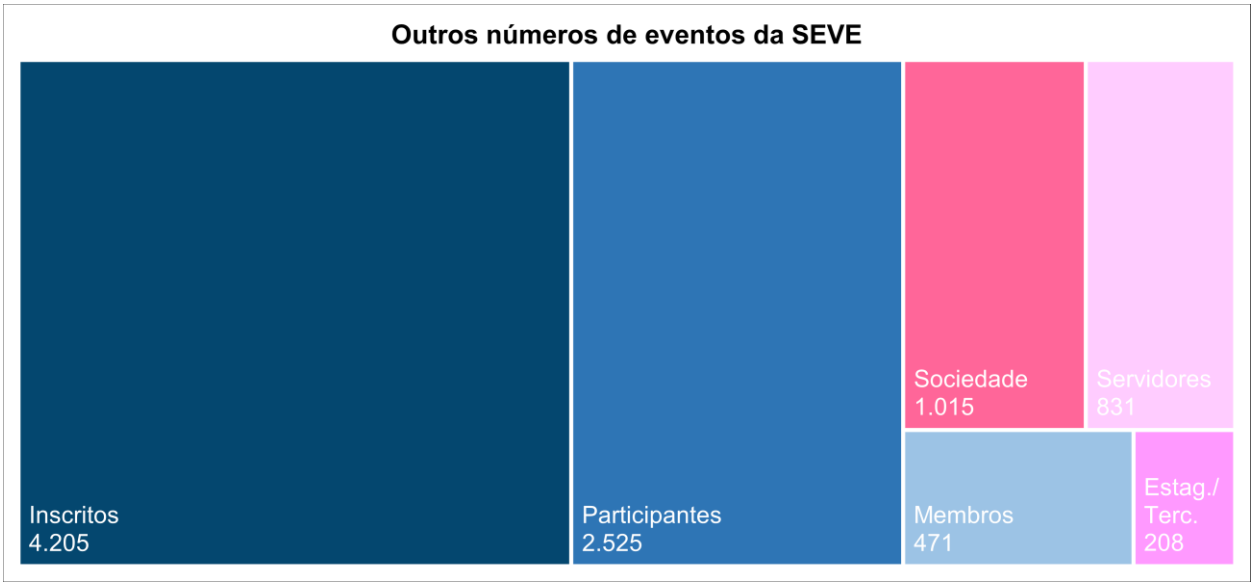
O projeto Regionalizando busca exatamente minimizar esses problemas, aproximando a Administração Superior das Promotorias de Justiça, especialmente as do interior do estado, por meio de encontros na sede de Promotorias de Justiça localizadas em pontos estratégicos, trazendo temas para discussões voltados para a Administração Pública, especialmente a sua modernização, conhecer a realidade local e, por consequência, permitir o alcance de maior eficiência, tanto pela sede quanto por todas as Promotorias de Justiça.

Em 2016, foi realizado em Cachoeiro de Itapemirim um evento de 2 dias, cujo tema abordado foi “Encontro Institucional: principais irregularidades praticadas pelos gestores municipais em final de mandato; consequências na área de Improbidade Administrativa e repercussões na Esfera Criminal”.

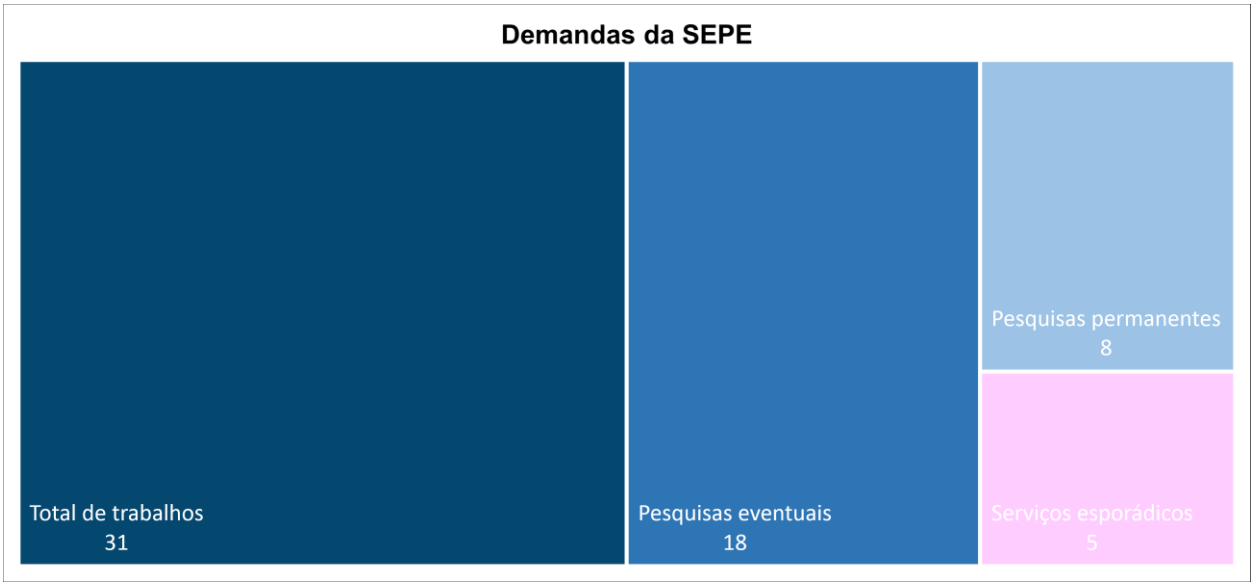
### 4.2.2 Dados estatísticos do CEAF

**Serviço de Eventos - SEVE**

O SEVE organizou 63 eventos, em 2016 → Totalizando 257 horas de atividades → Números menores que em 2015 devido às restrições financeiras

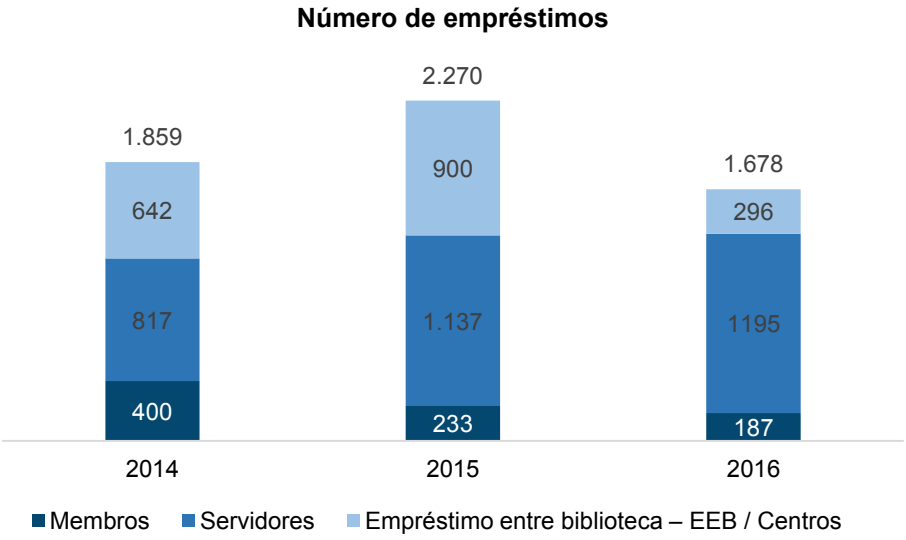


## Serviço de Pesquisas - SEPE

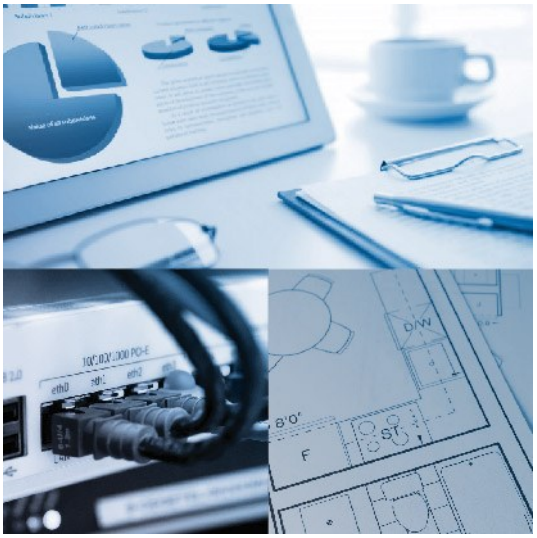



## Biblioteca

4.337 títulos de livros → 7.360 exemplares



## 4.3 Gestão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura



**Objetivo Estratégico 24**
Disponibilizar informações consistentes e no tempo adequado para a tomada de decisão.

**Objetivo Estratégico 25**
Assegurar infraestrutura física e tecnológica adequada à atuação do MPES.

### 4.3.1 Projetos Estratégicos

#### Implantação de *Business Intelligence* - BI

O projeto visa a implantação de uma ferramenta que permita a extração, a transformação e a carga de dados, bem como geração de gráficos analíticos, painéis (*dashboard*) e relatórios para suporte à tomada de decisão. Por meio do *BI*, é possível realizar pesquisas rápidas e otimizadas sobre as diferentes bases de dados utilizadas no MP-ES, além de verificar as relações entre os dados e suas associações de forma clara.

Em 2016, implantada a ferramenta de *BI QlikView*, os primeiros painéis foram desenvolvidos para as áreas meio e fim da instituição.

## Nexus

O projeto tem como objetivo a implantação de um Sistema Integrado de Gestão ou *Enterprise Resource Planning* - ERP, que atenda às necessidades de automação, integração dos diversos processos do MP-ES (pessoal, folha de pagamento, licitação, compras, patrimônio, frotas, financeiro, contabilidade, contratos, orçamento e almoxarifado). Além do fornecimento de licença de software, dos serviços de implantação e manutenção, o projeto prevê ainda a transferência de conhecimento para a equipe de TI do MP-ES.

Em 2016, foi concluída a primeira onda de implantação do sistema, contemplando os módulos de Patrimônio, Financeiro, Contábil, Folha, Portal (requisições e contracheques) e uma parte do Almoxarifado.

## Melhorias GAMPES

Diante das constantes alterações, fruto da dinâmica que envolve a instituição, o projeto visa atender às necessidades dos setores/usuários da instituição, por meio da criação de novas funcionalidades e relatórios, bem como de melhoria de performance e usabilidade do sistema.

Em 2016, foram cumpridas as seguintes etapas:

- Adequações para atender ao Cadastro Nacional de Membros (Resolução CNMP nº 78);
- Adequações visando atender ao Projeto de Padronização e Organização Administrativa - PROPAD;
- Criação de módulo para o registro de atividades não procedimentais;
- Adequações para atender à norma do MP-ES relativa à distribuição e compensação automática;
- Readequações no módulo de plantão;
- Readequações visando atender a CGMP;
- Conclusão do módulo MNI para integração com o Processo Judicial Eletrônico - PJe;
- Criação de novos relatórios e implementação de melhorias diversas;

### Implantação do novo servidor proxy

Tem como objetivo a aquisição e implantação de novo servidor proxy. Isso possibilitará o aumento da segurança no uso das aplicações da internet e navegação, o aprimoramento do registro (log) do histórico de navegação com o fim de atender a lei do marco civil e a melhoria do desempenho no uso da internet.

Foi realizada, em 2016, a implantação do novo servidor Proxy, utilizando a solução de Firewall recentemente adquirida.

## 4.3.2 Entregas e investimentos de TI

A Coordenação de Informática - CINF investiu em produtos, serviços, equipamentos e promoveu a implantação das seguintes inovações:

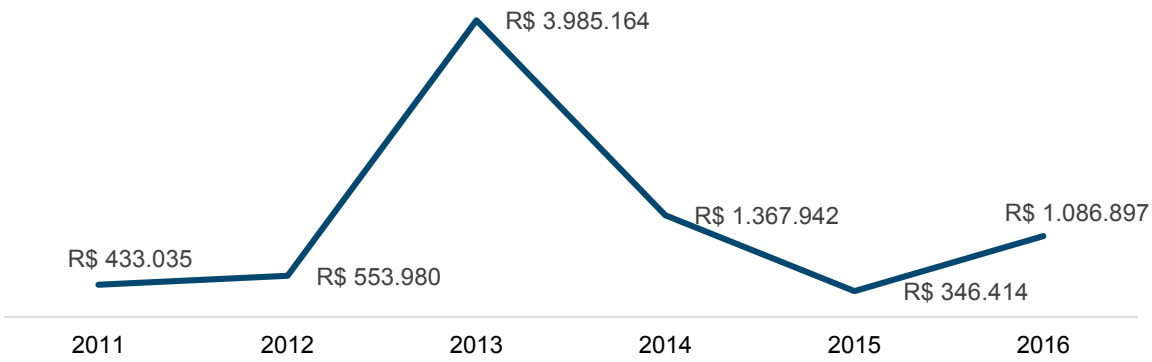
- Desenvolvimento e implantação da ferramenta Mapa das Promotorias de Justiça, disponibilizada no site institucional, a qual possibilita localizar, através de georreferenciamento, as Promotorias de Justiça no Espírito Santo;
- Implementação de melhorias no Sistema de Votação à Distância (voto eletrônico), o qual foi utilizado nas eleições para Procurador-Geral de Justiça e para o Conselho Superior do MP-ES, em 2016;
- Reformulação do Portal da Transparência, adequando-o à nova versão do manual publicada pelo CNMP;
- Desenvolvimento e implantação de um novo sistema de Ouvidoria, contendo novos recursos, com tecnologia responsiva;
- Desenvolvimento e implantação do aplicativo mobile MP-ES Cidadão, voltado para as plataformas Android e IOS;
- Implementação de uma ferramenta de Newsletter, a qual permite o envio de e-mails em massa com recursos para a geração de diversos relatórios e estatísticas acerca da visualização e leituras das mensagens enviadas;
- Implantação de link de dados redundante na sede do MP-ES, voltado para o acesso à internet;
- Atualização (upgrade) do serviço de e-mail do MP-ES, para a versão mais recente do produto (Exchange 2013);
- Atualização (upgrade) do serviço de mensageria, de Lync para Skype for Business, o qual possibilita a utilização de recursos de áudio e vídeo conferência;
- Upgrade da capacidade computacional do Data Center da instituição (servidor blade), aumentando o poder computacional do MP-ES em quase 5 vezes;
- Disponibilização de novos treinamentos aos membros e servidores do MP-ES, por meio da plataforma EAD;
- Reestruturação da rede de computadores de unidades ministeriais (Promotorias de Justiça de Linhares, São Gabriel da Palha, Ecoporanga, Colatina, Bom Jesus do Norte e de Atílio Viviacqua), de modo a comportar o crescimento de pessoal e também proporcionar melhor desempenho e estabilidade dos serviços computacionais, totalizando o montante de R$ 335.045,12:
- Realização de 8 treinamentos técnicos, durante o ano de 2016, objetivando a qualificação da equipe de servidores da CINF.

A atualização do parque tecnológico do MP-ES contou com as seguintes aquisições:

- 180 *desktops* com 04 anos de garantia, configuração no padrão processador i7 e RAM de 8GB;
- 40 *desktops* com 04 anos de garantia, configuração no padrão processador i5 e RAM de 4GB;
- 47 impressoras multifuncionais monocromáticas, 05 impressoras multifuncionais coloridas. Todos os equipamentos foram adquiridos com 03 anos de garantia;
- 30 impressoras de código de barra (impressora GAMP-ES 2.0);
- 85 Relógios de Ponto Biométrico visando à implantação de sistema informatizado, provendo a apuração automatizada do ponto/frequência dos funcionários, de forma a trazer agilidade, segurança e confiabilidade das informações.

| Investimentos em ativos (R$)<br>2011 a 2016 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** |
| Scanner | - | - | 309.500,00 | - | 6.870,00 | - |
| Impressoras | - | - | 434.000,00 | 422.568,66 | 77.595,00 | 266.405,25 |
| Notebooks/Ultrabooks | 76.965,00 | 197.910,00 | 1.081.664,10 | 49.166,55 | - | - |
| Microcomputadores | 356.070,00 | 356.070,00 | 2.160.000,00 | 896.206,60 | 261.948,50 | 820.491,39 |

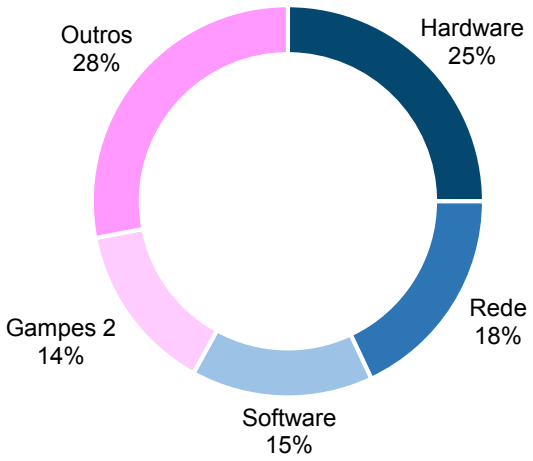
**Evolução dos investimentos em ativos**




Em comparação ao ano de 2015, ocorreu um aumento de mais de 200% nos investimentos em ativos voltados ao usuário final. Foram investidos um total de R$ 1.298.696,00 no Data Center, possibilitando melhorar e oferecer novos serviços de tecnologia da informação.

O *Service Desk,* serviço de apoio a usuários para suporte e resolução de problemas técnicos em informática e tecnologia de informação, no ano de 2016, prestou 21.113 atendimentos/chamados.

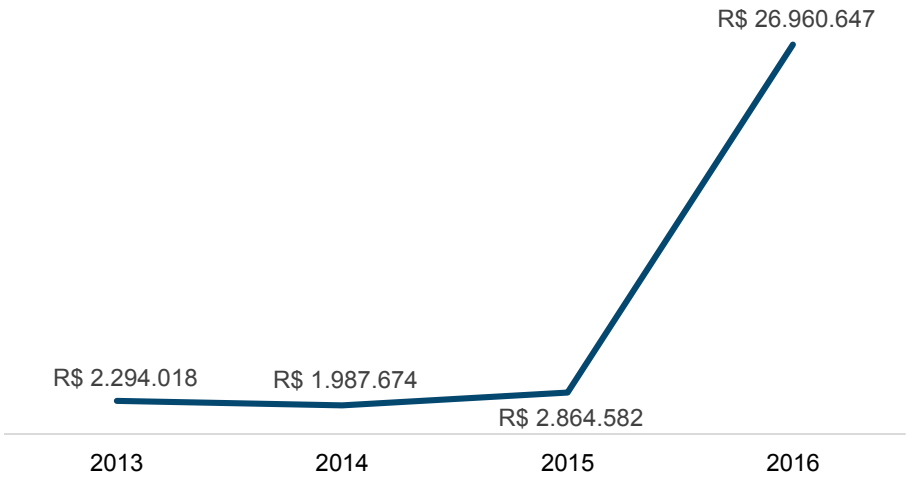
**Incidência de chamados**



### 4.3.3 Infraestrutura física

O investimento em obras e reformas durante o ano de 2016 teve um aumento muito representativo, em decorrência de construção da Promotoria de Justiça do município de Vila Velha, que será inaugurada em 2017, exigindo a aplicação de, aproximadamente, R$ 26,4 milhões no período.

**Investimento em obras e reformas**




Além das grandes obras e reformas, houve um grande esforço na manutenção da estrutura predial, destacando-se os reparos elétricos (1.234), a manutenção nos condicionadores de ar (530) e os serviços hidráulicos (595).

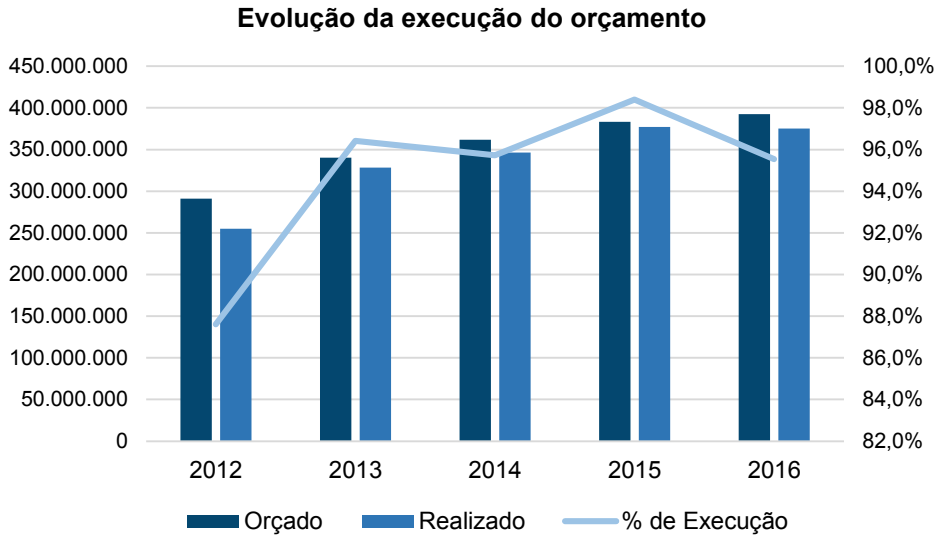
## 4.5 Gestão financeira e orçamentária

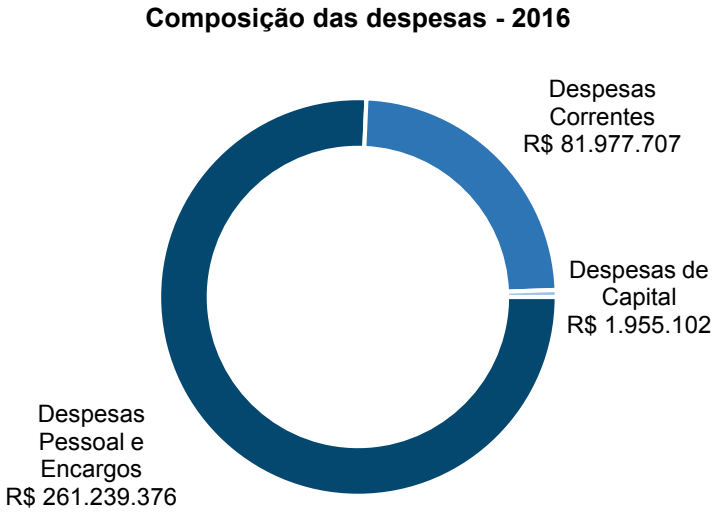
**Objetivo Estratégico 26**
Gerir os recursos orçamentários de forma alinhada às prioridades estratégicas

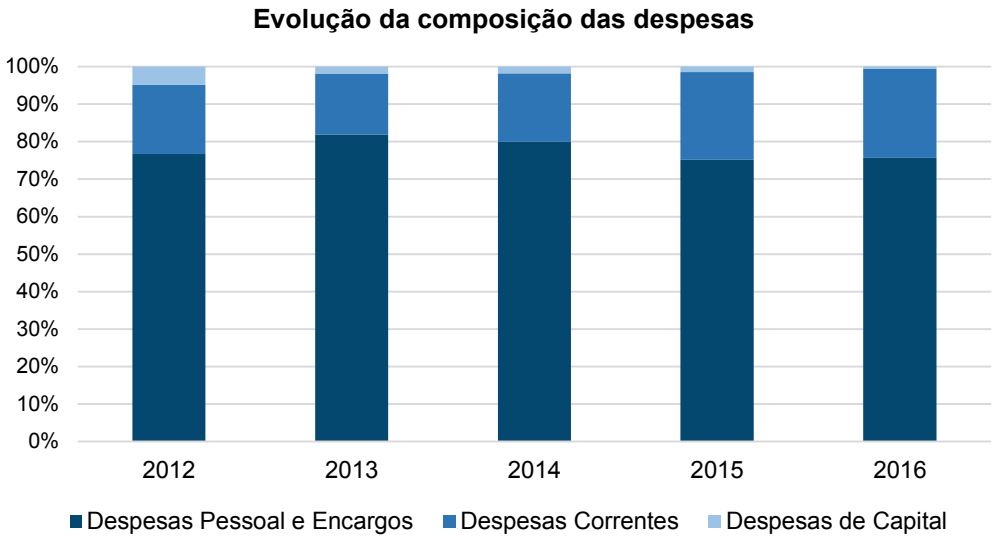
**Objetivo Estratégico 27**
Ampliar a captação de recursos de fontes alternativas.

### 4.5.1 Orçamento

| Evolução do Orçamento do MP | | | |
|---|---|---|---|
| **Exercício** | **Orçado** | **Realizado** | % de Execução |
| 2012 | R$ 291.075.000 | R$ 255.029.129 | 87,6% |
| 2013 | R$ 340.354.222 | R$ 328.166.746 | 96,4% |
| 2014 | R$ 361.781.882 | R$ 346.317.104 | 95,7% |
| 2015 | R$ 383.096.059 | R$ 376.962.282 | 98,4% |
| 2016 | R$ 392.646.137 | R$ 375.117.585 | 95,5% |





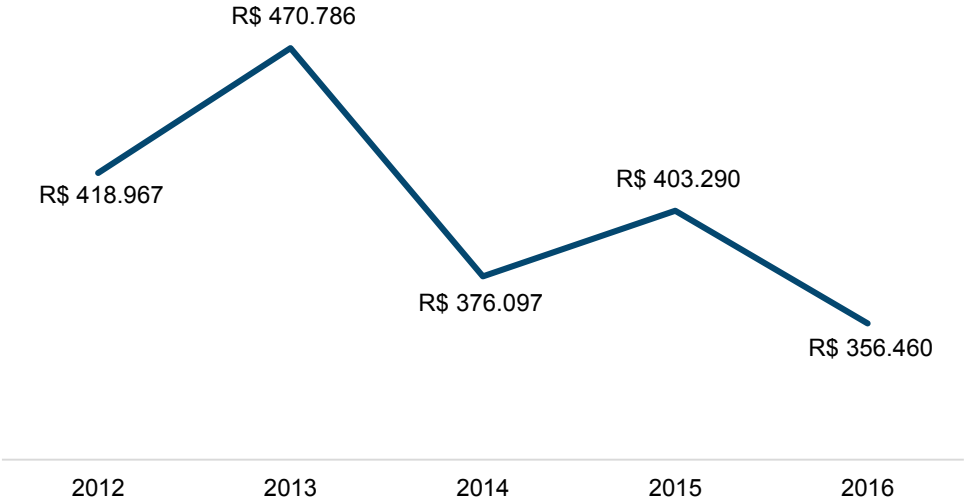

## 4.5.2 Despesas de custeio

| Terceirizados | | | |
|---|---|---|---|
| Tipo | 2015 | 2016 | Variação % 2015/2016 |
| Mão de obra | R$ 9.628.964,05 | R$ 9.002.588,08 | -6,51% |

| Telefonia | | | |
|---|---|---|---|
| Tipo | 2015 | 2016 | Variação % 2015/2016 |
| Fixa | R$ 361.620,63 | R$ 319.399,46 | -12% |
| Móvel | R$ 277.982,81 | R$ 371.994,79 | 34% |
| Total | R$ 639.603,44 | R$ 691.394,25 | 8% |

| Passagens aéreas | | | |
|---|---|---|---|
| Tipo | 2015 | 2016 | Variação 2015/2016 |
| Aquisição | R$ 403.289,83 | R$ 356.459,67 | -12% |

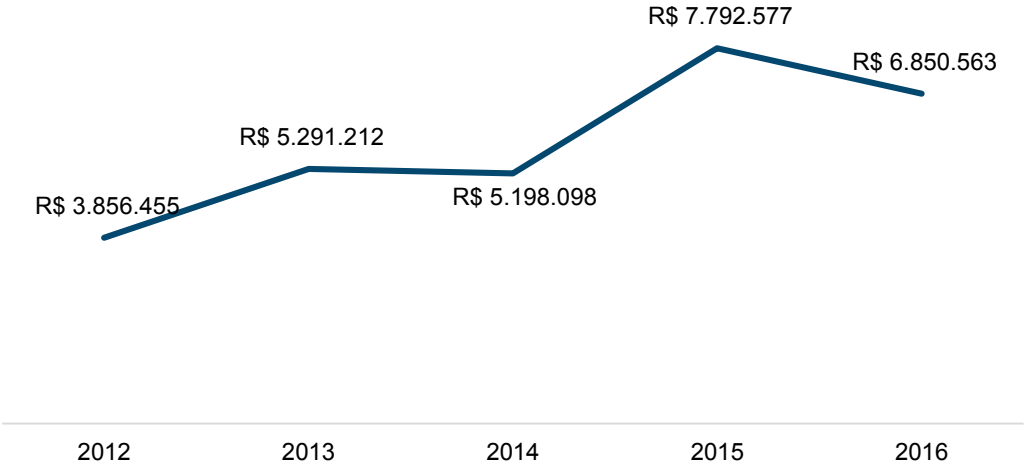
**Evolucação dos custos com passagens aéreas**




| Contas administrativas | | | |
|---|---|---|---|
| Tipo | 2015 | 2016 | Variação 2015/2016 |
| Correios | R$ 333.427,21 | R$ 322.302,27 | -3% |
| Água e Esgoto | R$ 126.613,30 | R$ 181.893,61 | 44% |
| Energia Elétrica | R$ 1.814.765,86 | R$ 1.700.560,79 | -6% |
| Condomínio | R$ 92.683,55 | R$ 78.188,11 | -16% |
| Total | R$ 2.367.489,92 | R$ 2.282.944,78 | -4% |

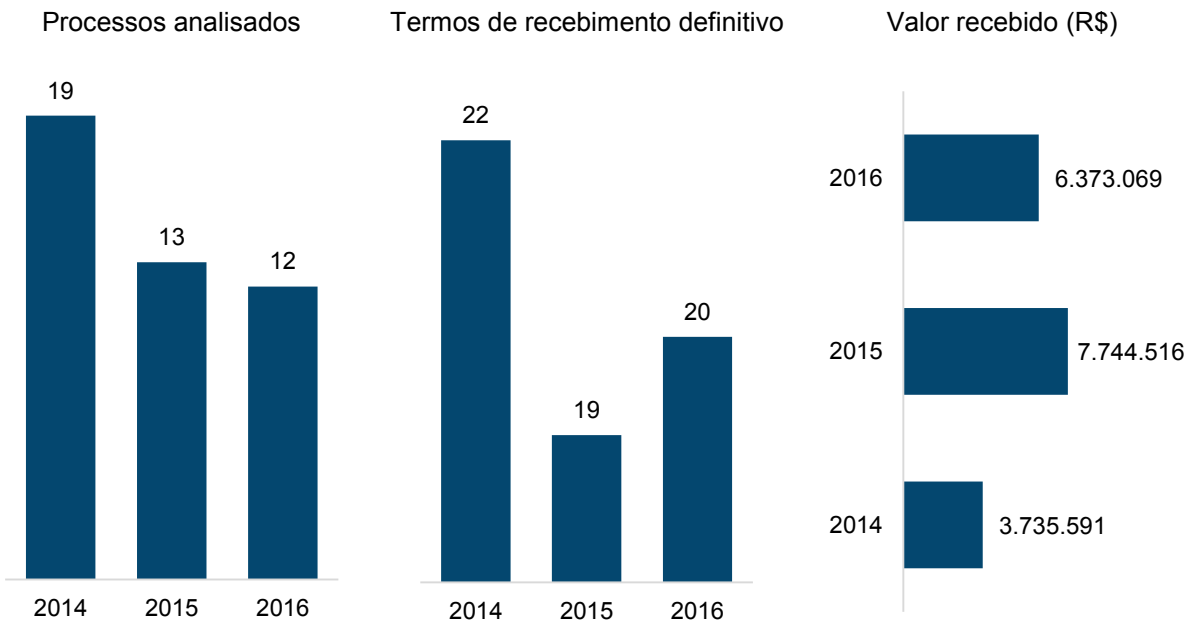
| Principais custos – Transportes | | | |
|---|---|---|---|
| Despesa/Contratos | 2015 | 2016 | Variação 2015-2016 |
| Serviço convencional e horas extras - motoristas | R$ 6.457.465,91 | R$ 5.530.047,84 | -14% |
| Diárias - motoristas | R$ 163.177,87 | R$ 168.287,20 | 3% |
| Combustíveis e lavagens | R$ 453.155,31 | R$ 443.613,88 | -2% |
| Manutenção veículos / Oficinas | R$ 184.867,77 | R$ 145.511,12 | -21% |
| Motoboy | R$ 533.909,88 | R$ 563.103,35 | 5% |
| **Total** | R$ **7.792.576,74** | R$ **6.850.563,39** | **-12%** |

**Evolução dos principais custos com transportes**



## 4.6 Aquisição e patrimônio

**Comissão de Recebimento de Materiais**




| Inventário dos bens móveis | 2014 | 2015 | 2016* | Variação 2015-2016 |
|---|---|---|---|---|
| Qtde. Total de Itens Ativos | 31.661 | 30.634 | 30.883 | 0,81% |
| Valor Total (R$) | 22.566.332,08 | 27.382.816,80 | 29.844.914,82 | 8,99% |
| Qtde. Total de Itens Não Localizados | 743 | 90 | 0 | 0 |
| Valor Total dos itens Não Localizados (R$) | 1.425.600,62 | 54.043,76 | 0,00 | 0 |

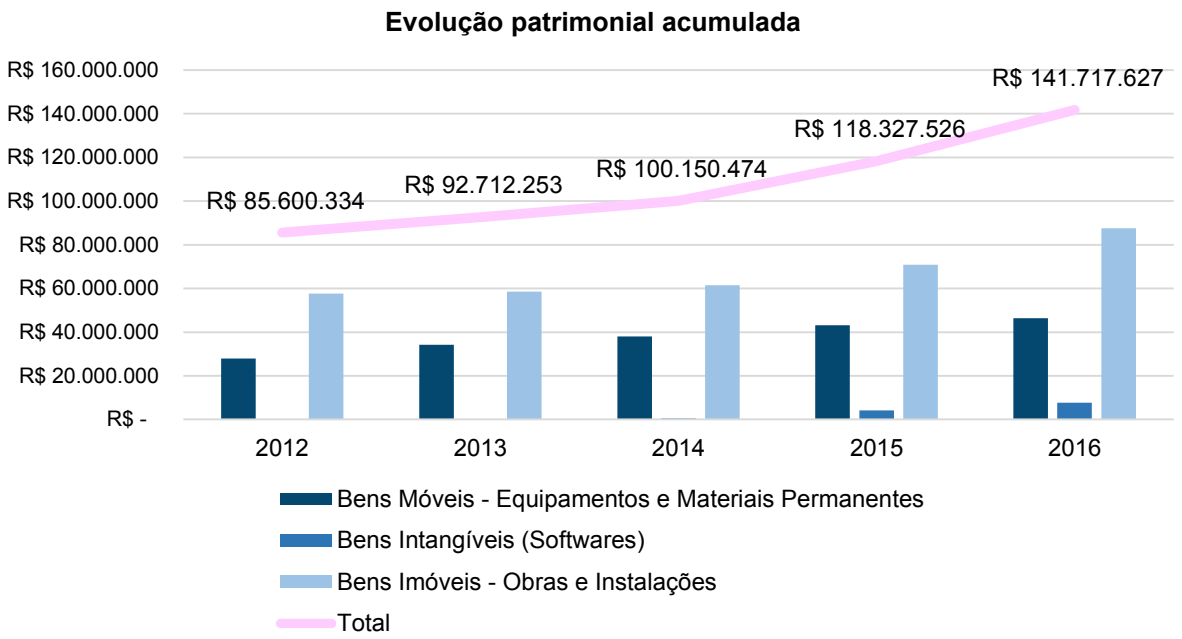
*2016: posição até 12/12/2016. Fonte: Sistema SPAT/CIBMI.

| Bens Patrimoniais | Unidade Gestora | Valor – R$ |
|---|---|---|
| Móveis | MP-ES | 949.239,91 |
| | FUNEMP | 2.261.617,40 |
| | Total | 3.210.857,31 |
| Imóveis | MP-ES | 258.445,33 |
| | FUNEMP | 16.422.252,24 |
| | Total | 16.680.697,57 |
| Intangíveis | MP-ES | 1.004.406,66 |
| | FUNEMP | 2.494.139,47 |
| | Total | 3.498.546,13 |
| **Total Geral Ingressos 2016** | | **23.390.101,01** |

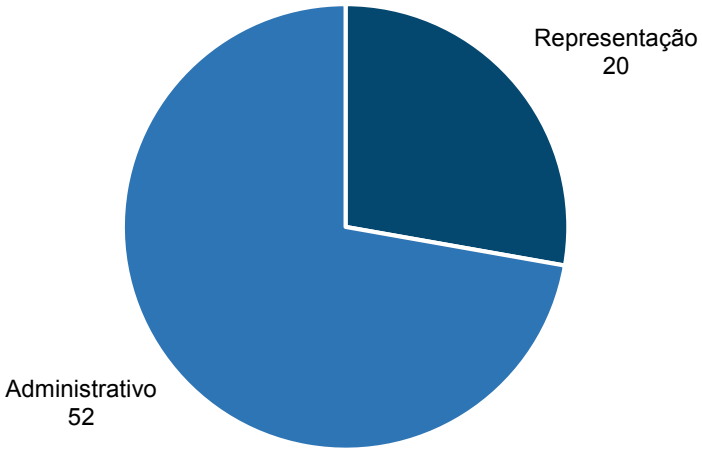
| Demonstrativo de Bens móveis do MP-ES - 2016 | Valor (R$) |
|---|---|
| Saldo anterior 31/12/2015 | 27.382.816,80 |
| (+) Ingresso de materiais em 2016 | 3.210.857,31 |
| (-) Baixas patrimoniais em 2016 | 745.114,75 |
| (=) Saldo bens móveis 2016 | 29.848.559,36 |
| (-) Variação reavaliação, após carga em 30/11/2016 | 9.765.725,78 |
| **(=) Saldo dos bens permanentes móveis em 29/12/2016** | **20.082.833,58** |

Fonte: Sistema SAP/NEXUS - 29/12/2016.

| Valores de aquisição - 2015-2016 | | | |
|---|---|---|---|
| Movimentação | 2015 | 2016 | Variação 2015/2016 |
| Bens móveis - equipamentos e materiais permanentes | 5.080.518,45 | 3.210.857,31 | -37% |
| Bens intangíveis (software) | 3.668.125,76 | 3.498.546,13 | -5% |
| Bens imóveis - obras e instalações | 9.428.408,13 | 16.680.697,57 | 77% |
| **Total** | **18.177.052,34** | **23.390.101,01** | **29%** |



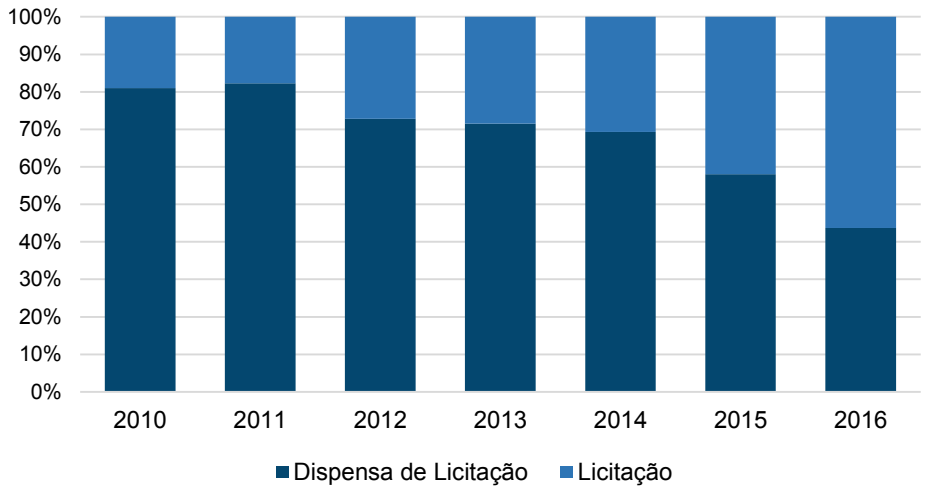
**Frota de veículos próprios**




Em 2016, foi adquirido um veículo, para uso administrativo, no valor de R$ 90.715,00

| Processos de aquisição | | | |
|---|---|---|---|
| Tipos | 2015 | 2016 | Variação 2015/2016 |
| Dispensa de Licitação | 152 | 108 | -28,95% |
| Procedimento Licitatório | 110 | 139 | 26,36% |
| Cancelados/Arquivados | 1 | 1 | 0,00% |
| **Total** | **263** | **248** | **-5,70%** |

**Dispensa de licitação X Licitação**



## 4.8 Monitoramento da gestão administrativa

A Assessoria de Controle Interno - ASCI, dentro das atividades de auditoria interna ordinária, atuando em caráter preventivo e pedagógico e buscando a conformidade dos atos administrativos, apresentou os seguintes dados:

8 ações de auditoria nas 5 principais unidades administrativas → Totalizando 109 processos → 25 recomendações

No entanto, grande parte do período de auditoria - abril a setembro - foi direcionado à realização da Auditoria Extraordinária nº 01/2016, cujo objeto foi a averiguação, sob o ponto de vista estritamente técnico-contábil e seus reflexos econômico-financeiros, da aplicação da metodologia do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES no cálculo das diferenças de exercícios anteriores dos membros, a saber, a Parcela Autônoma de Equivalência - PAE; a Diferença de Subsídio; o Adicional de Tempo de Serviço - ATS e a Diferença de Entrância.

38 achados de auditoria → 87 recomendações → Economia de, aproximadamente, R$ 140 milhões ao erário

A ASCI planejou, também, 11 ações no âmbito do Controle e Transparência. Além disso, realizou, efetivamente pela primeira vez, análise técnico-contábil-jurídico de mais de 1.500 páginas de documentos patrimoniais, da folha de pagamento e despesas em geral, atuando de forma prévia ao TCEES, bem como preventiva, com o apontamento de acertos. Dessa análise, gerou um relatório e parecer de aproximadamente 40 páginas, contendo, ainda, o acompanhamento do Sistema de Controle Interno do MP-ES e relatoria de suas ações de auditoria e controle, em um trabalho técnico apto a apontar as regularidades das contas do ordenador de despesa.